

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO - DELMIRO GOUVEIA
GEOGRAFIA LICENCIATURA

MICHEL FEITOZA CARVALHO

**Agricultura camponesa no município de Delmiro Gouveia: Possibilidades,
potencialidades e desafios**

DELMIRO GOUVEIA

2021

MICHEL FEITOZA CARVALHO

**Agricultura camponesa no município de Delmiro Gouveia: Possibilidades,
potencialidades e desafios**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Estado de Alagoas – Campus do Sertão como requisito à obtenção do título do grau de licenciatura em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra Suana Medeiros Silva

DELMIRO GOUVEIA

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

C331a Carvalho, Michel Feitoza

Agricultura camponesa no município de Delmiro Gouveia: possibilidades, potencialidades e desafios / Michel Feitoza Carvalho. – 2021.

81 f. : il.

Orientação: Suana Medeiros Silva.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Geografia humana. 2. Agricultura campesina. 3. Agricultura. 4. Campesinato. 5. Delmiro Gouveia – Alagoas. I. Silva, Suana Medeiros. I. Título.

CDU: 911.3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR: Michel Feitoza Carvalho

“Agricultura Camponesa no município de Delmiro Gouveia: possibilidades, potencialidades e desafios” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 01 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Suana Medeiros Silva

Prof.ª Dr.ª Suana Medeiros Silva

(Orientadora)

Francisca Maria J. Vasconcelos

Prof.ª Mª Maria Francisca Teixeira Vasconcelos

(1ª Examinadora)

Anamaria Melo Medeiros

Prof.ª Mª Anamaria Melo Medeiros

(2ª Examinadora)

RESUMO

Desde o princípio do processo de ocupação do território brasileiro, a agricultura camponesa faz parte do cotidiano das atividades produtivas do país. Ainda assim, a agricultura camponesa tem um longo histórico de abandono por parte do Estado brasileiro, com muito pouco apoio governamental para sua manutenção e desenvolvimento. Nesse sentido, essa pesquisa analisa as possibilidades, potencialidades e desafios da Agricultura Camponesa no município de Delmiro Gouveia, semiárido alagoano, mediante políticas e iniciativas públicas municipais, estaduais e federais ou a ausência delas, ressaltando a importância da produção agrícola camponesa e sua contribuição para a sociedade local. Para o levantamento desses dados, foi feita uma pesquisa bibliográfica, dialogando com autores que pesquisam sobre o assunto, a aplicação de questionários juntos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e uma entrevista com o secretário de agricultura do município, com o auxílio de dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 2006 e 2017. Destaco que a agricultura camponesa pode propiciar inegáveis avanços no meio rural e desenvolver um importante papel no que diz respeito a produção de alimentos saudáveis no município, desempenhando um relevante papel dentro da economia local e, conseqüentemente, movimentando outras diversas cadeias produtivas.

Palavras-chave: Agricultura, Campesinato, Soberania alimentar, Semiárido, Políticas públicas.

ABSTRACT

Since the beginning of the process of occupation of the Brazilian territory, peasant agriculture has been part of the country's daily productive activities. Even so, peasant agriculture has a long history of abandonment by the Brazilian State, with very little government support for its maintenance and development. In this sense, this research analyzes the possibilities, potentials and challenges of Peasant Agriculture in the municipality of Delmiro Gouveia, semiarid of Alagoas, through municipal, state and federal public policies and initiatives or their absence, emphasizing the importance of peasant agricultural production and its contribution to the local society. To collect these data, a bibliographic research was carried out, dialoguing with authors who research the subject, the application of questionnaires together with rural workers and an interview with the municipality's secretary of agriculture, with the aid of data from the Agricultural Census of the IBGE of 2006 and 2017. I emphasize that peasant agriculture can provide undeniable advances in the rural environment and develop an important role with regard to the production of healthy food in the municipality, playing an important role within the local economy and, consequently, moving others several production chains.

Key Words: Agriculture, Peasantry, Food sovereignty, Semiarid, Public politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Delmiro Gouveia/AL.....	27
Figura 2: Delimitação do Semiárido	31
Figura 3: Delimitação do Semiárido de Alagoas	33
Figura 4: Mapa do Canal do Sertão	46
Figura 5: Material de divulgação da Feira da Agricultura Familiar.....	50
Figura 6: Feira da Agricultura Familiar	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação feminina no trabalho do campo	57
Tabela 2: Uso de agrotóxicos no Alto Sertão Alagoano.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produtores rurais desde o nascimento.....	54
Gráfico 2: Localização dos produtores rurais	55
Gráfico 3: Gênero dos produtores rurais	56
Gráfico 4: Acesso à água do Canal do Sertão	57
Gráfico 5: Dificuldades para produzir no semiárido Alagoano.....	61
Gráfico 6: Geração de renda	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AGRICULTURA.....	12
2.1 LATIFÚNDIO NO BRASIL	13
2.2 O PARADIGMA TECNOECONÔMICO DA REVOLUÇÃO VERDE.....	17
2.3 A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL.....	21
2.4 AGROTÓXICOS: ENVENENAMENTO COTIDIANO	23
3 CARACTERÍSTICAS NATURAIS E POLÍTICAS DO SEMIÁRIDO	26
3.1 ASPECTOS NATURAIS E GEOGRÁFICOS.....	28
3.2 ASPECTOS POLÍTICOS.....	36
3.3 SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA	39
3.4 O CANAL DO SERTÃO: AGRONEGÓCIO X AGRICULTURA CAMPONESA.....	44
4 AGRICULTURA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA: POSSIBILIDADES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	48
4.1 PLANO DE AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE DELMIRO GOUVEIA.....	51
4.2 PERFIL DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS RURAIS DE DELMIRO GOUVEIA.....	53
4.3 ACESSO À ÁGUA DO SERTÃO	57
4.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA ANTES DO CANAL DO SERTÃO	58
4.5 ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	59
4.6 AQUISIÇÃO SEMENTES PARA A PRODUÇÃO	60
4.7 DIFICULDADES PARA PRODUZIR NO SEMIÁRIDO ALAGOANO.....	60
4.8 USO DE AGROTÓXICOS	62
4.9 ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	63
4.10 GERAÇÃO DE RENDA.....	65
4.11 PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DAS FEIRAS AGROECOLOGICAS	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
7 ANEXOS	75

1 INTRODUÇÃO

Desde o princípio do processo de ocupação do território brasileiro, a agricultura camponesa – convencionalmente também chamada de “agricultura familiar” como um termo adotado pelo Estado ou como demarcação de uma posição política neoliberal – faz parte do cotidiano das atividades produtivas do país. O valor da agricultura camponesa para nossa sociedade é indiscutível, pois, é dessa modalidade agrícola que vem a maior parte dos alimentos que vão para a mesa dos consumidores brasileiros. Além disso, é de suma importância para a reprodução da vida dessa classe social que possui a organização de sua formação em sociedade baseada no trabalho familiar no campo, com valores e identidade política própria.

Ainda assim, a agricultura camponesa tem um longo histórico de abandono por parte do Estado brasileiro, com muito pouco apoio governamental para sua manutenção e desenvolvimento. Durante o processo de modernização da agricultura brasileira - décadas de 1960 e 1970 - a partir da Revolução Verde, as políticas públicas para o setor rural, em especial para a produção agrícola, privilegiaram setores ligados ao agronegócio e a esfera produtiva das commodities voltadas ao mercado internacional produzidas nos grandes latifúndios. É possível afirmar que as exportações agrícolas de culturas, como a soja no Brasil por exemplo, contribuem em certa medida para a economia ao trazer divisas fortes que se pode utilizar para comprar outros bens no estrangeiro. Todavia, este tipo de agricultura industrial monocultora também traz uma diversidade de problemas e contradições de ordem econômicas, ambientais e sociais, inclusive impactos negativos no que diz respeito a concentração da terra, à saúde pública, à integridade ecossistêmica, à insegurança alimentar, à qualidade dos alimentos e, em muitos casos, transtornos dos sustentos rurais tradicionais, acelerando o endividamento de milhares de agricultores.

O objetivo deste estudo é analisar as possibilidades, potencialidades e desafios da agricultura camponesa mediante o apoio de políticas e iniciativas públicas, mais especificamente, no município de Delmiro Gouveia. Destacando sua importância no trágico cenário atual do país.

Para um melhor entendimento do tema proposto, essa pesquisa foi dividida em três etapas. Na primeira etapa procurei analisar qual o papel da agricultura após a revolução industrial dentro da lógica de produção capitalista, descrevendo a formação fundiária brasileira e seus desdobramentos para a agricultura camponesa, o paradigma técnico econômico da Revolução Verde, a influência do agronegócio na agricultura e discutir a problemática do uso de agrotóxicos nas produções agrícolas brasileiras. Na segunda etapa da pesquisa foram analisadas as características naturais e políticas do semiárido brasileiro, examinando seus aspectos naturais e geográficos, seus aspectos políticos, analisados os conceitos de campesinato e agricultura familiar – ambos termos utilizados no decorrer da pesquisa - e uma reflexão sobre o agronegócio e a agricultura camponesa no contexto do acesso às águas do canal do sertão. Finalmente, na terceira etapa apresento os resultados e as considerações gerais da pesquisa, destacando o potencial que a agricultura camponesa no município de Delmiro Gouveia pode desenvolver, sobretudo na produção de alimentos básicos para a população, na geração de emprego no meio rural e na reprodução do modo de vida camponês.

A presente pesquisa aconteceu no município de Delmiro Gouveia, localizado no Semiárido Alagoano. A metodologia adotada para o levantamento de dados, foi a aplicação de um questionário junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais presentes na Feira da Agricultura Familiar promovida pela Secretaria de Agricultura do município no dia cinco de março de 2020 e uma entrevista realizada com Estevão Firmo, secretário de agricultura da gestão do prefeito Eraldo Cordeiro (2017 a 2020). O cruzamento desses dados levantados, junto a informações disponíveis pelo site do IBGE nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, mais a pesquisa bibliográfica, dialogando com autores que

pesquisaram sobre temas pertinentes para o embasamento dessa pesquisa possibilitou responder a problemática trabalhada.

2 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AGRICULTURA

Ao observar a história, percebe-se que à medida que o capitalismo crescia entre os países da Europa e se difundia mundialmente a partir da circulação de suas mercadorias e pela via dos processos colonizadores, setores da agricultura acabam sendo apropriados por esse modelo econômico emergente, impondo a uma parte dessa atividade agrícola uma lógica de produção industrial. Nessas circunstâncias, o modo de produção capitalista desenvolve um modelo agrícola que serve a sua dinâmica de geração de lucro e acumulação de riqueza. “A produção de mercadorias foi, sobretudo, a característica da primeira fase do capitalismo. Assenhoreando-se do comércio internacional, o capital foi dominando, simultaneamente, o mundo todo.” (OLIVEIRA, 2007, p. 21). As resultantes desse processo influenciaram o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, a expansão das cidades e suas demandas, de acordo com o grau de industrialização de cada país.

Nesse contexto, a agricultura se desenvolve de duas formas distintas: uma agricultura particularmente capitalista com base em produção de mercadoria, da mais-valia, em arrendamentos e trabalho assalariado onde, o proprietário da terra – detentor dos meios de produção – gera seu lucro a partir da aplicação de capital na produção de mercadoria gerada pela exploração da força de trabalho que, por sua vez, gera capital agregado de mais-valia; e outra agricultura onde, o proprietário da terra, aplica sua própria força de trabalho gerando mercadorias que, servem para sua reprodução social e tem seus excedentes comercializados no processo de circulação da mercadoria, gerando dinheiro, tendo como base um

modelo de produção não capitalista, decorrente de um processo contraditório da própria expansão do capitalismo como explica Oliveira:

[...] a formação econômico-social capitalista é fruto desse processo único. É fruto dos seguintes momentos diferentes, contraditórios, mas articulados: em uma ou mais fração do território capitalista tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção da mercadoria e produção da mais-valia), em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. (OLIVEIRA, 2007, p.21)

A coexistência conflituosa entre esses dois modos de agricultura tem se perpetuado no decorrer da história até os dias atuais. Nas Américas, o embate entre esses modelos de produção agrícola marcou profundamente sua história agrária, sobretudo, a questão agrária brasileira, paulatinamente intensificando um processo crônico de concentração fundiária de modo consequente, acirrando ainda mais os conflitos no campo. Para entender a gênese desses conflitos, é preciso avaliar o contexto da origem do latifúndio no Brasil.

2.1 LATIFÚNDIO NO BRASIL

Antes da chegada do Europeu colonizador no Brasil, território esse, conhecido entre os nativos anteriormente como Pindorama até o ano de 1500, era desconhecido o conceito de propriedade privada capitalista, ou seja, a propriedade da terra não era privada. A terra era reconhecida simplesmente como um bem coletivo natural que servia coletivamente a um conjunto de povos originários, que possuíam suas formas próprias de gestão desse território sob uma perspectiva da terra enquanto um bem comum. Porém, a chegada do processo de colonização no continente americano arrematou esse modelo de sociedade aqui existente.

A chegada do Europeu colonizador significou, pois, uma ruptura nesse sistema, já que um dos objetivos da colonização era se apoderar dos bens existentes, especialmente a terra, os recursos minerais e florestas. No conflito se estabeleceu à força da pólvora e do controle ideológico da religião, o europeu impôs uma derrota aos povos que aqui viviam, e Portugal passou a gerir os bens da natureza de acordo com suas leis. (STÉDILE, 1999, p.174)

Desse modo, a Coroa portuguesa passa a gerir a terras da colônia recém ocupada, de forma a servir às demandas e metas estabelecidas pela Coroa. O

primeiro modelo de distribuição de terras para exploração no Brasil se deu a partir das Capitânicas Hereditárias, onde a terra era cedida pela Coroa – não como propriedade legal, mas por meio de concessões – em grandes extensões de terra para donatários, membros da nobreza portuguesa e prestadores de serviços à Coroa. Vale ressaltar que os donatários poderiam repartir e redistribuir parcelas de terra no sentido de aumentar a exploração a ela imposta. Segundo Stédile (1999) a exploração da terra era de grande interesse à Coroa Portuguesa, justamente por ser a base da produção para exportação (cana de açúcar, café, pecuária extensiva, algodão, cacau), aumento significativo do comércio de escravos e aumento de tributos cobrados.

Esse modelo de distribuição de terra se perpetuou até meados do século XIX. Nesse período, o Brasil passava por transformações sociais profundas. A coroa, ao perceber que não seria possível conter a crescente insurreição dos negros escravizados, que se proliferavam a partir de polos de resistência conhecidos como quilombos, mais os movimentos abolicionistas e a pressão inglesa pelo fim do modelo escravista, decidiu legislar sobre a aquisição da terra de modo a favorecer as minorias pertencentes às elites da nobreza, impedindo, assim, o acesso à terra para os negros que, inevitavelmente, seriam libertos, conseqüentemente, colocando-os na condição de trabalhadores assalariados como forma de manter a mão de obra nas fazendas monocultoras. Esse processo histórico criou um abismo entre esses povos e os meios de produção no campo (sendo um deles, a própria terra) e ajudou a reforçar a ideologia capitalista de “liberdade”.

Assim, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção. É por isso que a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2007, p.36)

A referida legislação que favorece a elite e desfavorece a população negra quanto o acesso à terra, foi promulgada em 1850 por D. Pedro II, a conhecida Lei

de Terras, dando origem à propriedade privada da terra em território brasileiro. Essa lei determinava que grandes extensões de terra pudessem ser adquiridas mediante um processo legal de compra. Nesse contexto, acentua-se a exclusão dos negros, pobres, imigrantes e índios ao acesso à terra, já que os mesmos, não tinham recursos suficientes para obtê-la nessa nova conjuntura que se desenhava. “Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação.” (STEDILE, 2005, p 24). Dessa maneira, houve um aumento significativo de pessoas na condição de sem-terra e a legalização da propriedade privada sob a configuração de latifúndio. Essa dinâmica se estende durante todo século XX.

Neste processo histórico, que nos conduziu ao capitalismo, a reprodução da força de trabalho teve, necessariamente, que depender dos próprios trabalhadores. O que ressalta, igualmente, a forma competente e a modernidade da oligarquia brasileira que, no século XIX, executou a transição gradual das formas escravistas - susteio da grande propriedade - para outras relações de trabalho, mantendo o sistema latifundiário, característico de nossa estrutura agrária, até os dias atuais. (GADELHA, 1989, p. 155).

Já nos anos de 1970 (período de ditadura militar), em decorrência dos projetos políticos de industrialização em curso no país, houve obras de abertura de rodovias pelo Brasil, a exemplo da controversa Transamazônica. Essas obras permitiram, mais uma vez, a apropriação e exploração de grandes extensões de terras públicas e de povos indígenas por grandes proprietários de terra. Esse momento serviu para reforçar ainda mais a lógica da propriedade privada, capitalista e individualista expresso pelo latifúndio nas regiões centro-oeste e região Amazônica como uma regra dentro da estrutura agrária brasileira.

Além de orientar a migração e controlar a ocupação das áreas ditas vazias, considerava-se atuar sobre os pontos de conflitos e tensões sociais em outras regiões do País, sobretudo no Nordeste à medida que estimularia e apoiaria, financeiramente, a expansão de grandes grupos econômicos do Centro-Sul na Amazônia. Preserva-se, assim, nessa lógica, a concentração de enormes parcelas de terras nas mãos da

iniciativa privada ao mesmo tempo em que concedia incentivos fiscais para que fossem investidos na criação de gado bovino. (PEREIRA, p. 2)

Diferentemente dos Estados Unidos, onde houve um processo de distribuição de terras colonizadas mais democrático, que acarretou no favorecimento de pequenos e médios agricultores. Na Europa, onde a propriedade da terra foi forçada a passar por um processo de reforma agrária decorrente da expansão do capitalismo industrial, obrigando a expropriação de terras de senhores feudais entre camponeses sem-terra que se transformariam em pequenos agricultores familiares. No Brasil, o percurso que levaria à democratização da terra foi feito pelo caminho inverso. As políticas adotadas no decorrer da história para tratar a questão nacional agrária, foram estabelecidas no sentido de consolidar a estrutura do latifúndio como base de nossa economia e produção agrícola. Restando às camponesas e aos camponeses a pobreza, desigualdade social e a luta pela terra para auto reprodução enquanto classe social dentro de um modelo produtivo não capitalista.

Dessa forma, o caminho para se entender essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (OLIVEIRA, 2007, p.40)

Posto isto, percebe-se um processo histórico que, em decorrência da colonização, subjugou enormes expansões de terra de propriedade indígena com fins comunitários às privatizações dentro da lógica capitalista, alterando a forma de se relacionar com a terra e culminando nessa estrutura agrária extremamente capitalista, monocultora e latifundiária tão presente e forte no Brasil até os dias atuais. Acirrando os conflitos entre esses modelos de produção agrícola numa intensidade ainda maior.

Cabe aqui, trazer alguns dados para melhor ilustrar o processo de concentração fundiária no Brasil e, mais especificamente, no Estado de Alagoas.

Mesmo após a elaboração de leis que tinham como finalidade a distribuição da terra a partir da reforma agrária no país, como o Estatuto da Terra de 1964, os Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) de 1985 e 2003, a Constituição Federal de 1988 e a lei agrária 8.629 de 1993, verifica-se que a estrutura agrária brasileira continua excessivamente desigual. Indicando poucas grandes propriedades em imensas extensões de terra em detrimento de muitas pequenas propriedades camponesas em diminutas extensões de terra. “O Índice de Gini comprova o aprofundamento da concentração da terra no campo brasileiro nas últimas décadas. Chegamos a um índice de 0,872 em 2006, superior aos anos de 1995 e 1985, com 0,856 e 0,857.” (COSME, 2017).

Já o Estado de Alagoas, possui uma das mais desiguais concentrações fundiárias entre todos os Estados Brasileiros. Devido a força política de suas oligarquias locais, a estrutura fundiária socialmente injusta **sem** mantém crescente. “Seguindo a dinâmica nacional, o índice sai de 0,858 em 1985, para 0,863 em 1995 e chega a 0,871 em 2006 (IBGE, 2009), demonstrando a profunda concentração da terra nesse Estado.” (COSME, 2017).

Enquanto, de um lado, 92,89% (114.565) dos estabelecimentos rurais com menos de 100 ha, ocupavam apenas 35,64% da área total ou 752.904 ha, de outro, 2,61% (3.227) dos estabelecimentos com mais de 100 ha, concentravam 64,36% da área total ou 1.359.670 ha. A desigualdade mostra sua face mais injusta quando se compara os dados dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha e os com menos de 10 ha. Os primeiros, com apenas 0,16% do total ou 200 unidades concentravam 27% da área total ou 570.487 ha. Já os segundos, com 77,67% ou 95.791 unidades, se exprimiam em apenas 10,71% da área total ou 226.342 há (COSME, 2017, p. 3)

2.2 O PARADIGMA TECNOECONÔMICO DA REVOLUÇÃO VERDE

É preciso, também, analisar as consequências do processo de modernização da agricultura e como isso se desenvolveu no Brasil através da disseminação do modelo da Revolução Verde. Esse novo paradigma dentro da agricultura moderna transfigura nosso espaço agrário em um palco de apropriações e explorações no sentido de ampliar a reprodução do capital em nosso território através da sujeição do campo a sua lógica.

A partir dos anos 70, durante o período de ditadura militar brasileira, discutia-se um meio de aumentar a produtividade agrícola no país.

Por ocasião da inserção do processo de modernização da agricultura no período da ditadura militar, muito se discutia de que maneira o país conseguiria aumentar sua produtividade agrícola. Duas visões distintas predominavam: a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária, e a que defendia ser necessária a adoção dos pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem tocar na questão fundiária. (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001)

O governo militar decide, então, manter a nossa desigual estrutura latifundiária, aderindo ao paradigma da revolução verde.

Consequente à aplicação e intensificação de políticas governamentais que visavam à disseminação dessa lógica produtiva baseada, principalmente, em uso de insumos químicos, tecnologia mecânica e modificações genéticas através de incentivos governamentais, é possível afirmar que a agricultura entra em um processo insustentável de artificialização. Dentro dessa nova dinâmica, a importância dos biomas nacionais e da questão ambiental torna-se um componente secundário a ser subjugado.

Esse novo protótipo de desenvolvimento agrícola e agropecuário trazido pela revolução verde foi implantado, principalmente, em função de práticas governamentais promovidas pelo Estado como o crédito subsidiado. Tais políticas tinham como objetivo capitalizar os grandes proprietários de terra, lhe oferecendo recursos financeiros para pesados investimentos em maquinário e insumos como sementes modificadas geneticamente, fertilizantes e inseticidas de forma mais expressiva. Toda essa lógica estava em sintonia com a produção monocultora e,

consequentemente, a perpetuação do latifúndio, pondo de fora, assim, uma grande parcela de pequenos agricultores, que futuramente, por pressão ou por doutrinação governamental, acabaram aderindo a algumas dessas novas práticas agrícolas em suas médias e pequenas propriedades. Portanto, segundo Andrades; Ganimi (2007) pode-se concluir que o processo de modernização da agricultura vai muito além de uma mudança técnica, acontece todo um conjunto de variáveis sociais, políticas e econômicas que permitem sua implantação.

Percebe-se então o papel do Estado frente à globalização da agricultura e seus impactos dentro do espaço agrícola nacional e na sociedade.

A abertura dessa nova fronteira agrícola vai ser executada pela grande empresa com o apoio do Estado. Nesse sentido, é o processo de modernização da agricultura que vai organizar a produção do espaço nessas novas fronteiras por intermédio da união entre indústria e agricultura. E essa fusão acarretará profundas transformações acerca da estrutura agrária nacional. Uma delas está no âmbito da escolha do produto a ser cultivado, dando preferência às monoculturas do tipo exportação. (ANDRADES; GAMINI, 2017, p. 49).

Embora a resultante da implantação desse modelo tenha gerado um expressivo aumento na produtividade agrícola do país, no que diz respeito à maior oferta de alimentos no mercado interno nacional e um considerável aumento nas exportações de alimentos e produtos primários. Vale ressaltar que, esse pacote tecnológico trouxe junto consigo, também, severos impactos sociais e ambientais aos biomas brasileiros (alguns irreversíveis) como: erosão, contaminação dos solos e dos recursos hídricos, desmatamento, um significativo encolhimento da biodiversidade, êxodo rural e a já comentada concentração fundiária. É bom pôr em evidência que os recursos presentes na natureza impactada por esse modelo são finitos e essenciais à nossa existência.

(...) apesar do aumento da produtividade, fatores como: deteriorização das condições sociais, êxodo rural, prejuízos à saúde, concentração fundiária e de renda, marginalização da população rural, envenenamento do ecossistema por agrotóxicos, diminuição da biodiversidade e da biomassa, são alguns dos elevados custos sociais, econômicos e ambientais provocados pela Revolução Verde no país. Assim se pode verificar a falência desse modelo. (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 5).

A lógica produtivista imposta pelo paradigma da revolução verde segue para seu próprio esgotamento, ecoando no meio rural de forma devastadora para a natureza e para a sociedade.

Surge daí a necessidade de repensar formas alternativas de produção agrícola contra hegemônicas menos dependentes (ou independentes) de insumos químicos, baseadas, principalmente, no bem-estar social. Dando destaque a importância da agricultura familiar e a um desenvolvimento que seja sustentável e não somente focado na produção econômica inconsequente da lógica de reprodução do capitalismo.

A agroecologia tem ganhado espaço como uma nova possibilidade de produção no campo, no sentido de promover um desenvolvimento rural menos devastador, trazendo conceitos positivos para a sociedade como soberania e segurança alimentar e propondo alternativas para um uso mais sustentável da terra, formas de dinamizar a economia local, além de se impor também como uma posição política perante a hegemonia imposta pelo modelo agroindustrial.

Os conceitos de soberania e segurança alimentar são relevantes nessa discussão, pois servem para problematização da questão da fome e da distribuição dos alimentos em nosso território.

Segundo Stédile e Carvalho (2010) o conceito de segurança alimentar surge na década de 1990 a partir de discussões travadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no sentido de que fosse assegurado o direito à alimentação para todas as pessoas, cabendo ao governo desenvolver e implementar políticas públicas que garantissem o acesso aos alimentos. Dessa forma, a população teria a “segurança” da oferta de alimentos necessários para sua sobrevivência. “Esse passo foi importante, porque se constituiu numa política pública, de obrigação de todos os governos de resolver o problema da fome de sua população. Porém foi insuficiente.” (STÉDILE; CARVALHO, 2010, p. 9).

Já o conceito de soberania alimentar, traz uma dimensão política mais abrangente, pois se coloca no sentido de que não apenas basta que o governo garanta o acesso ao alimento, mas que, também, cada comunidade, cada município, cada região, cada povo, tenha o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos. Pois, “a produção e distribuição de alimentos fazem parte da soberania de um povo, ele é inegociável e não pode ficar dependente de vontades políticas ou práticas de governos de outros países” (STÉDILE; CARVALHO, 2010, p. 10).

Este novo e transgressor conceito representa uma ruptura com relação à organização dos mercados agrícolas imposta pelas empresas transnacionais e governos neoliberais no seio das negociações da OMC e da FAO, cujas orientações políticas já tinham violado as normas protecionistas para a agricultura familiar, implementadas por alguns governos nacionalistas e populares, mediante impostos sobre as importações baratas de alimentos, favorecendo o preço de alimentos nacionais, outorgando faixas de preços - e mantendo os poderes dos compradores públicos. (STÉDILE; CARVALHO, 2010, p. 10).

Desse modo, A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos nutritivos e adequados aos seus respectivos biomas, produzidos de forma sustentável, acessível e ecológica. Incluindo o direito de decidir seu próprio sistema produtivo. Colocando, assim, os produtores, distribuidores e consumidores de alimentos no centro das políticas alimentares, acima das exigências dos mercados estrangeiros e das empresas.

2.3 A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

O início do século XXI é marcado pela mundialização do capital e a expansão de políticas neoliberais pelo mundo. No Brasil, uma maior inserção no capitalismo internacional acontece com os governos militares pós o golpe de 64. A chegada do neoliberalismo acontece durante a década de 90, se fortalecendo nos governos Collor, Itamar Franco e FHC. Segundo Oliveira (2007, p. 146) “Depois da queda de Collor de Mello e, sua substituição pelo vice Itamar Franco, foi implantado o plano real de Fernando Henrique Cardoso e o domínio quase que

absoluto das políticas neoliberais no Brasil.”. Esse processo marca, também, a mundialização da agricultura no início do século XXI. De modo consequente, se intensificou a produção de culturas para exportação como a soja e o avanço de conflitos no campo pela reforma agrária.

Nesse novo momento histórico, o sistema que agregava a monocultura, latifúndio e produção para exportação, ficara conhecido como Agronegócio, uma espécie de tradução para o termo “*agribusiness*”. O que diferenciava o agronegócio da agricultura – ocupação econômica milenar - seriam seus meios e principalmente seus fins. Segundo Oliveira (2007), enquanto a agricultura se dedicava à produção de culturas essenciais para suprir demandas sociais e alimentares humanas, o agronegócio se dedica à atividades econômicas, sendo a principal, a produção de *commodities*¹ para servir o mercado internacional. Distinguindo, assim, a agricultura caracteristicamente capitalista da agricultura camponesa.

Assim, a elite se reproduz ao reproduzir a concentração da terra e da renda. Vender para o mercado mundial mais produtos da agricultura, o que o Brasil fez em toda sua história, agora virou participar do agronegócio. (OLIVEIRA, 2013, p.165-166)

O semiárido brasileiro também experimentou alterações em seu espaço geográfico decorrentes desse processo de agricultura para exportação. Desde a década de 90, a partir de políticas de incentivo, principalmente estatais, o espaço geográfico do semiárido brasileiro vem sofrendo relevantes alterações perante a modernização da agricultura pelo viés do agronegócio.

A configuração de mudanças na região fizeram-se proeminentes, a partir da década de 1980, com a inserção da agricultura científica e incremento do agronegócio, em alguns de seus vales úmidos (...). São espaços onde o capital financeiro que explode supranacionalmente, buscando reprodução em qualquer lugar dentro de um processo de seletividade

1 Expressão do inglês que se difundiu no linguajar econômico para fazer referência a um determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e que possui um grande valor comercial e estratégico. Geralmente, trata-se de recursos minerais, vegetais ou agrícolas, tais como o petróleo, o carvão mineral, a soja, a cana-de-açúcar e outros.

espacial, encontra condições de sobrevivência com apoio de forças internas do lugar e atraídos por políticas de incentivos legitimadas pelo Estado. (LANDIM, p. 2)

Junto a esse pungente modelo de produção capitalista, crescia a ideia de que a questão camponesa - impulsionada por movimentos sociais na luta pela reforma agrária - não teria mais espaço dentro do neoliberalismo. Justamente pelo desconforto que causava aos latifundiários da elite brasileira. Então foi se construindo um discurso teórico no sentido de produzir um conceito de agricultura familiar que se integrasse dentro desse novo modelo, ajudando a criar um novo paradigma de desenvolvimento rural no Brasil, uma “agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação” (OLIVEIRA, 2007, p. 147). A vista disso:

Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da agricultura camponesa e com ela os próprios camponeses. (OLIVEIRA, 2007, p.147)

No entanto, a agricultura camponesa segue resistindo a todo esse processo no decorrer da história agrária brasileira. Propondo um modelo de produção agrícola que, mesmo resistindo em pequenas áreas, busca, através do trabalho familiar, produzir para própria subsistência e para o mercado interno alimento orgânico livre de insumos tóxicos. Esse modo de produção camponês sustenta-se da combinação entre produção animal e por um sistema de produção integrada de vários cultivos vegetais, sendo muito menos ofensivo ao meio ambiente e garantindo alguma renda, autonomia e qualidade de vida para o produtor rural, além de garantir a reprodução de seu modo de vida e de sua classe social.

2.4 AGROTÓXICOS: ENVENENAMENTO COTIDIANO

Podemos dizer, hoje, que a conjuntura de exposição crônica ao uso de agrotóxicos no Brasil é um problema real decorrente dos processos de modernização da agricultura tratados anteriormente. É notável que o envenenamento causado por essa prática não atinja somente as comunidades rurais e a população camponesa, pois, nossa sociedade como um todo se encontra totalmente exposta ao uso dos agroquímicos. Essa prática agrícola tem trazido severas consequências para saúde humana, incluindo um número bastante relevante de intoxicações e mortes.

O crescimento da produção agrícola e agropecuária voltada para a geração de *commodities* em larga escala tem sido possível graças ao uso intensivo de pesticidas. Segundo dados coletados pelo Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), o Estado brasileiro consome 20% de todo o agrotóxico produzido pelo mercado mundial. Além disso, é sabido que alguns dos “defensivos agrícolas” utilizados no Brasil - O país nunca importou tantos agrotóxicos como em 2019. Quase 335 mil toneladas de inseticidas, herbicidas e fungicidas desembarcaram no país de janeiro a dezembro. O volume é 16% maior do que em 2018 e é recorde para a série histórica iniciada em 1997, de acordo com dados do Ministério da Economia - foram banidos em vários países, devido sua toxicidade e efeitos negativos para a saúde de quem os consome ou é exposto a eles de alguma forma - caso de produtos como Fipronil, Clorfenapir e Tiodicarbe. É importante frisar que o governo Bolsonaro bateu o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história. Foram 493 produtos aprovados, um número ainda maior do que 2019. Em apenas dois anos de mandato, o presidente liberou quase mil agrotóxicos. Além da extinção de pastas e políticas públicas importantes para o fortalecimento da soberania alimentar e da prática camponesa. Segundo Pelaez:

A partir dos anos 2000, o Brasil tem apresentado a maior taxa de crescimento das importações mundiais de agrotóxicos, transformando-se no segundo maior mercado nacional, com vendas de ordem de US\$ 11,5 bilhões em 2013 (SINDIVEG, 2014), e no maior importador mundial,

com um valor de US\$ 3 bilhões nesse mesmo ano (COMTRADE, 2014). (PELAEZ, V. et, al 2015, p. 155).

Temos acompanhado, no decorrer desses últimos anos, um enorme crescimento dos cultivos transgênicos em território brasileiro. No momento atual, a produção de soja transgênica, por exemplo, chega a 95% do total produzido dessa cultura. Do milho produzido no Brasil, 88,4% é transgênico. É importante lembrar que uma parte considerável dessas culturas de sementes transgênicas está diretamente associada ao uso do perigoso herbicida glifosato - associado ao surgimento de câncer pela Organização Mundial da Saúde (OMS) - o agrotóxico mais utilizado no país. Isso implica na contaminação de enormes extensões de terra utilizadas para produção de monoculturas expoentes da agricultura capitalista brasileira.

É notável, portanto, que os produtos expoentes do agronegócio brasileiro sejam aqueles responsáveis, em termos totais, pelo maior consumo de agrotóxicos. Assim, os cultivos de soja, milho e cana, juntos, respondem por praticamente 70% de todo o uso de agrotóxicos no Brasil. (BOMBARD, p. 3)

Essa assombrosa demanda por agroquímicos revela a sujeição da agricultura brasileira aos interesses do capital estrangeiro. Mortes, intoxicações e doenças revelam o alto custo humano gerado por um modelo agrícola que requer absurdas quantidades de agrotóxicos - produzidos por grandes empresas do setor agroquímico mundial - para sua reprodução.

É importante analisar também, as consequências do uso de agrotóxicos para a saúde no contexto do semiárido brasileiro. Pois, é sabido que a problemática dos agroquímicos ganha novos desdobramentos em decorrência das condições socioeconômicas e ambientais características dessa região específica.

Primeiramente, é notório que o modelo agrícola baseado no uso de insumos químicos importado para o nordeste é inadequado as suas condições edafoclimáticas e à forma de trabalhar a agricultura que foi tradicionalmente desenvolvida no semiárido. Ainda assim, foi se desenvolvendo nessa região, uma

crescente dependência do uso de fertilizantes e agrotóxicos que se deu a partir de propaganda e incentivo governamental junto à falta de informação sobre modelos agrícolas sustentáveis adaptados ao clima local e sobre os riscos do manejo dos próprios agroquímicos.

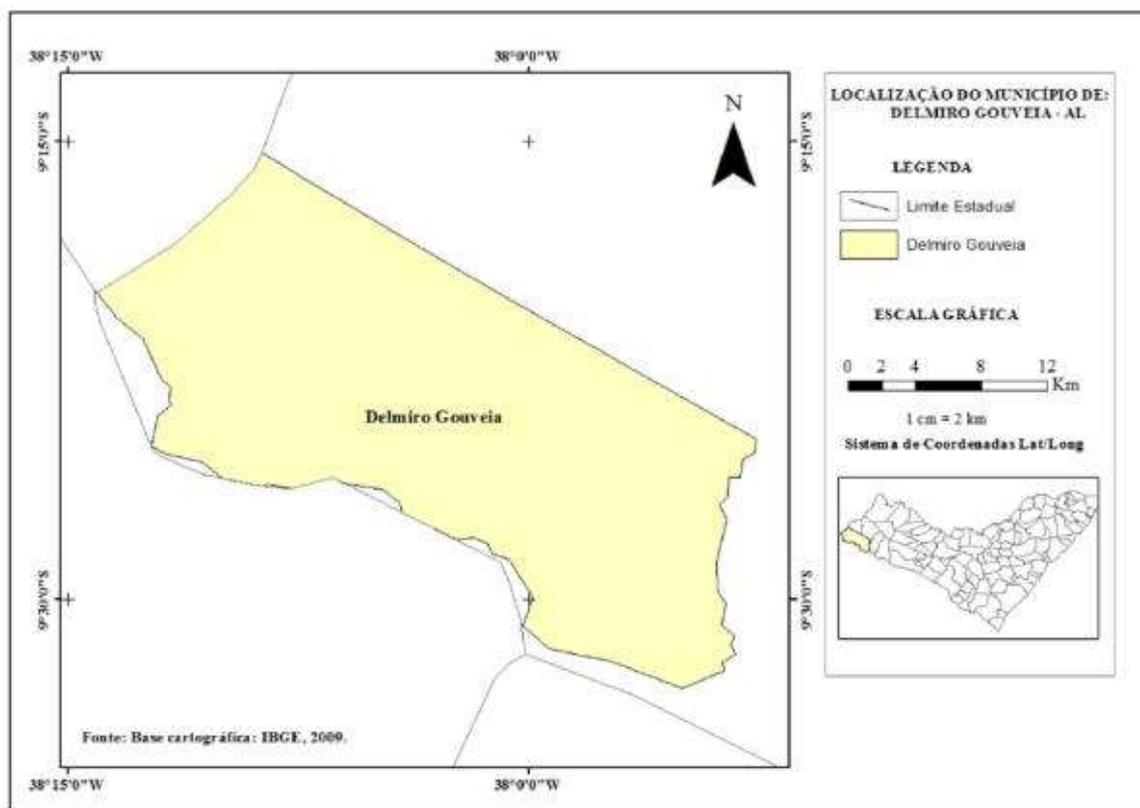
Pode-se dizer que há um grave problema de saúde pública na região Nordeste produzido pela extensiva exposição humana aos agrotóxicos, pela contaminação ambiental, particularmente da água para abastecimento e consumo humano, e também pela contaminação de alimentos. Vive-se hoje uma situação de descontrole sanitário em relação aos agrotóxicos. (AUGUSTO, 2003, p. 66)

Esse panorama foi construído ao longo do tempo estando associado, principalmente, ao próprio processo histórico de descaso designado a essa região. Devem-se levar em consideração as relações de reprodução sociais ali existentes, a desigual distribuição de riquezas, o não-acesso aos meios de produção, de informação e aos incentivos do Estado por meio de políticas sociais realmente efetivas e financiamentos no sentido de fomentar modelos de produção alternativos. “Nesse cenário, a contaminação ambiental bem como os danos à saúde das populações rurais são testemunhos de todo o processo histórico de insustentabilidade do desenvolvimento rural brasileiro.” (AUGUSTO, 2003, p. 67)

Portanto, é necessário entender que a situação no semiárido tem suas particularidades e vulnerabilidades específicas decorrentes do avanço no uso de agroquímicos nessa região, proliferando a desigualdade, a deterioração ambiental motivada pela contaminação do solo e dos açudes da região – que já enfrenta problemas hídricos - práticas agrícolas inadequadas, dependência de insumos agrícolas etc.

3 CARACTERÍSTICAS NATURAIS E POLÍTICAS DO SEMIÁRIDO

Figura 1: Localização do Município de Delmiro Gouveia/AL



Fonte: SOUZA, Rogéria Vieira. Mar. 2014.

Nesse terceiro capítulo, serão analisados aspectos naturais – regimes de chuvas, geografia, vegetação - e políticos – produção agrícola, indústria da seca, acesso ao canal do sertão - que darão base e ajudarão a compreender o contexto da agricultura familiar e de sua dinâmica socioeconômica no semiárido brasileiro, mais especificamente no Alto Sertão alagoano, no município de Delmiro Gouveia.

Segundo dados presentes no SIT (Sistema de informações Territoriais), o território do Alto Sertão de Alagoas estende-se por uma área de aproximadamente 3.935,20 Km², isso equivale a 14,06% do Estado Alagoano. Faz parte da Mesorregião do Sertão Alagoano e compreende duas microrregiões – Serrana do Sertão Alagoano e Alagoana do Sertão do São Francisco - formadas por 8

municípios, sendo eles: Água Branca, Canapi, Inhapi, Mata Grande, Pariconha, Delmiro Gouveia, Olho D'água do Casado e Piranhas, todos fixados na bacia hidrográfica do rio São Francisco, segundo classificação da Agência Nacional de Águas.

De acordo com o IBGE, a população total desse território é de 158.941 habitantes, sendo que 61,95% vivem na zona rural. Este território possui 12.225 agricultores familiares, 1.038 famílias assentadas, 6 comunidades quilombolas e 1 terra indígena demarcada. O município de Delmiro Gouveia é o maior desse Território, com uma população estimada (2019) de 52.016 habitantes – 48.096 de habitantes de acordo com o último censo de 2010. Ainda segundo o último censo do IBGE, sabe-se que 13.242 habitantes vivem na zona rural do município.

3.1 ASPECTOS NATURAIS E GEOGRÁFICOS

A região onde, geograficamente, ficam localizadas as microrregiões que compõe o Alto Sertão Alagoano, fica dentro do domínio climático do Semiárido Brasileiro. Segundo dados do IBGE, o Semiárido Brasileiro equivale a 18,2% do território nacional, isso corresponde a 982.566 Km² do mesmo. Abarcando mais de 20% dos municípios brasileiros, 1.135 unidades federativas mais especificamente. A maior parte do semiárido está no Nordeste (ASA, 2016). O semiárido brasileiro possui mais de 23,5 milhões de habitantes (IBGE, 2014). A parcela do Semiárido em Alagoas localiza-se a Oeste do Estado, sendo que 38 municípios fazem parte desse domínio climático, equivalendo a 37,25% do território, na microrregião do Sertão de Alagoas e Agreste alagoano (SILVA, 2016).

O Estado de Alagoas situa-se na porção centro-oriental do Nordeste/Brasil. Ocupa uma área de 27.848,003 Km², capital Maceió. O Estado é composto por 102 municípios, a estimativa da população em 2015 é de 3.340.932 habitantes e a densidade demográfica é de 112,33 hab/ km². Limita-se com Pernambuco (N e NO), Sergipe (S), Bahia (SO) e o Oceano Atlântico (L). (SILVA; MIRA, 2016, p. 64).

De acordo com dados da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), a primeira delimitação do semiárido ocorre a partir da lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Conforme essa lei, o semiárido foi definido como a região inserida na área de atuação da Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm, tendo sua primeira atualização em 1995, por meio da portaria nº 1.181. Em 29 de março de 2004, através da Portaria Interministerial nº 6, foi construído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para delimitação do novo Semiárido brasileiro. Em 09 de Março de 2005, a Portaria Interministerial nº 1 definiu critérios para a inclusão de municípios no semiárido: Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; Índice de aridez de até 0,5 considerado o período entre 1961 e 1990; Risco de seca maior que 60%. Além de preservada a contiguidade da região, esta metodologia foi aplicada consistentemente a todos os municípios que pertenciam à área de atuação da Sudene na época, resultando em 1.135 municípios, sendo 38 destes em Alagoas.

Ainda baseado em dados disponibilizados pela Sudene, de acordo com as recomendações do relatório do GTI, em função de possíveis mudanças climáticas, a delimitação do Semiárido deveria ser revista a cada década. De tal forma, o Ministério de Integração Nacional criou, em 27 de maio de 2014, um novo grupo de trabalho (GT-2014) que, após revisões, decidiu manter tanto os critérios estabelecidos pelo GTI em 2005 quanto a questão da contiguidade, atualizando apenas os dados para o período de 1981 à 2010. Como resultado, a nova delimitação ficou composta por 1.189 municípios, mantendo as 38 unidades federativas do Estado de Alagoas.

Em novembro de 2017, o GT-2014, após a análise das solicitações dos estados e recálculo dos indicadores, sugeriu a inclusão de mais 49 municípios à delimitação. A Sudene, após analisar o novo relatório, sugeriu ao CONDEL (Conselho Deliberativo da Sudene) que, além das unidades federativas acrescentadas pela revisão do GT-2014, fossem incluídos mais 24 municípios oriundos dos recursos dos estados que fazem fronteira com o limite do Semiárido,

sendo 22 municípios por variabilidade nos indicadores, e dois municípios por contiguidade. A quantidade de municípios alagoanos presentes no domínio Semiárido se manteve a mesma.

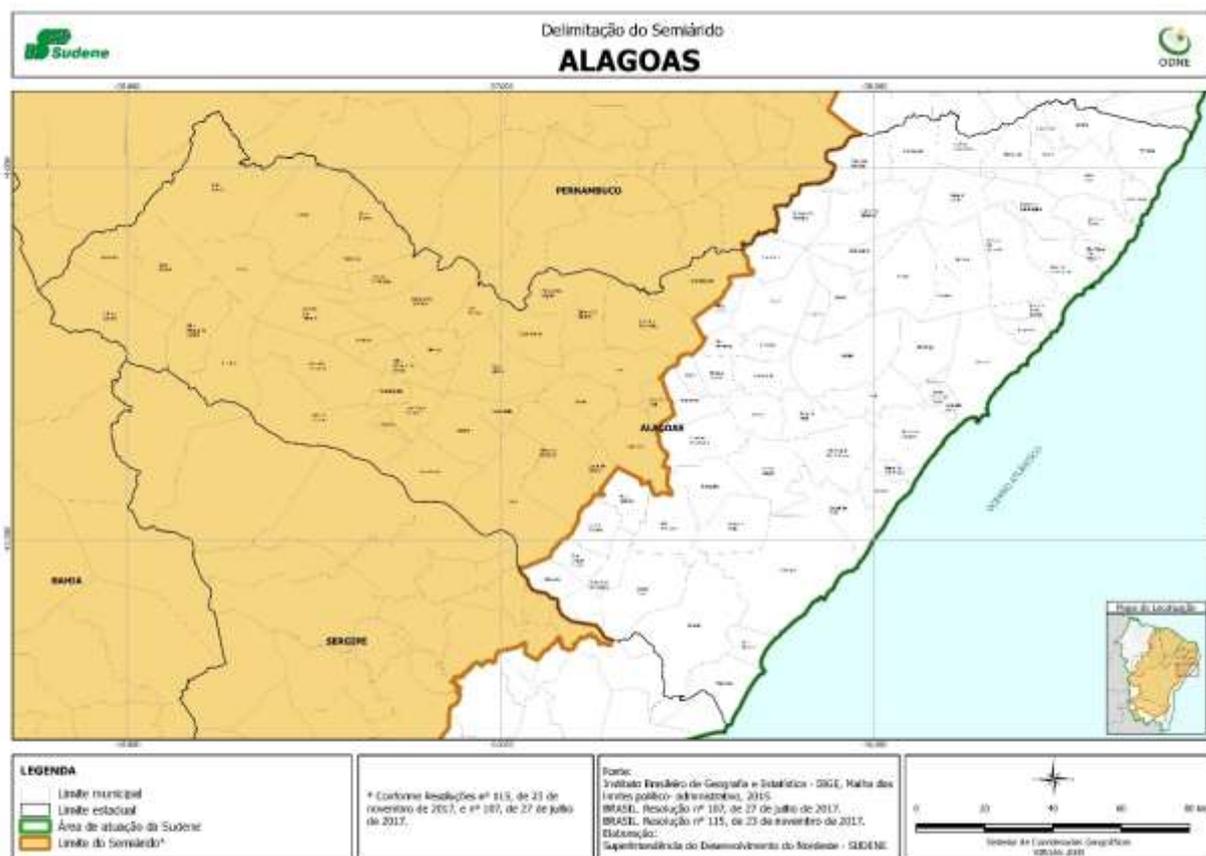
Dessa maneira, o CONDEL, após acatar as sugestões do GT-2014 e da Sudene, por meio da Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017, definiu o novo semiárido com 1.262 municípios. É importante observar, que a quantidade de unidades federativas inclusas à região semiárida brasileira vem aumentando paulatinamente.

Figura 2: Delimitação do Semiárido



Fonte: <http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>

Figura 3: Delimitação do Semiárido de Alagoas



Fonte: <http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/alagoas-delimitacaosemiarido-dezembro2017.jpeg>

O semiárido brasileiro sofre a influência de variados fatores naturais, dos quais se destacam a sua posição em relação as massas de ar, o relevo e, conseqüentemente, o clima. De acordo o livro Paisagens do Brasil, desenvolvido e publicado pelo IBGE no sentido de fornecer um panorama das características do território brasileiro, este domínio climático possui notáveis diferenciações no seu território. Contudo, o que bem o caracteriza é a existência de um clima seco de intensidade variável. Ab'Sáber (2003, p. 88) salienta a existência de quatro faixas presentes no Semiárido: As faixas semiáridas acentuadas ou subdesérticas (o “sertão bravo”); as faixas semiáridas rústicas ou semiáridas típicas (os “altos

sertões”); as faixas semiáridas moderadas (caatingas agrestadas); e as subáreas de transição ou faixas subúmidas (os agrestes).

De modo geral, a altura das precipitações anuais varia de 1 000 a 750 mm da periferia para o interior. Em algumas áreas, onde o relevo é mais elevado e exposto aos ventos úmidos marítimos, existem totais superiores a 1 000 mm (norte da Ibiapaba, serra de Baturité, serra do Triunfo na Borborema, serra da Mata Grande em Alagoas e outras, além do norte do Piauí). Por outro lado, extensas áreas no interior registram 750 a 500 mm (Raso da Catarina na Bahia-Pernambuco e Depressão de Patos na Paraíba). (IBGE).

Ainda com base em dados do IBGE, percebe-se que a concentração das precipitações, nos meses consecutivos mais chuvosos, fica entre 50 a 70% - com exceção das áreas de limite com o Agreste – nota-se a partir daí que, nessa região semiárida, há uma má distribuição de chuvas no decorrer do ano. Esses dados tornam-se mais significativos, quando percebemos que a maior parte desse domínio climático possui apenas dois meses – março e abril - verdadeiramente chuvosos. Ao sul, os meses mais chuvosos pertencem, na maioria das vezes, ao verão e o período mais seco coincide mais frequentemente com o inverno. Ao norte da região semiárida, onde fica localizado o Estado de Alagoas, os meses chuvosos coincidem com o fim do verão e o outono – fevereiro, março e abril - e o período mais seco ocorre na primavera.

O contraste no regime pluviométrico fica ainda mais caracterizado quando se observa a duração dos períodos secos. (...) Na periferia do domínio ele é de 5 a 6 meses, enquanto no interior é de 7 a 8 meses (...) A longa duração dos períodos secos e a notável concentração de chuvas em 2 a 3 meses são responsáveis pelo regime torrencial dos rios que, à exceção daqueles de mais longo percurso (como é o caso do rio São Francisco e alguns de seus afluentes) ficam durante alguns meses com o leito seco. (IBGE).

Tais aspectos desse regime de chuvas na região semiárida são ainda potencializadas pela sua irregularidade. Cabe a esta região as maiores variações de pluviosidade de um ano para outro. Percebe-se que todos esses importantes aspectos do regime pluviométrico refletem no caráter seco do clima que é tanto mais acentuado na parte interior da região (IBGE). Porém, existem também localidades no interior desse domínio climático, onde o relevo é mais elevado,

aumentando os índices pluviométricos e assumindo características semiúmidas, como é o caso das serras de Água Branca e Mata Grande, no Alto Sertão Alagoano. Dessa maneira, a irregularidade na distribuição de chuvas, as elevadas temperaturas decorrentes dos prolongados períodos de seca e, conseqüentemente, a forte taxa de evaporação são aspectos climáticos que “projeta derivadas radicais para o mundo das águas, o mundo orgânico das caatingas e o mundo socioeconômico dos viventes dos sertões” (AB’SÁBER, 2003, p. 85)

Outro fator marcante no semiárido brasileiro e, particularmente, no semiárido alagoano no que diz respeito a sua paisagem e vegetação, é seu bioma caatinga. Segundo Silva (2007), a caatinga (mata branca na língua Tupi) é um bioma exclusivamente brasileiro com alta biodiversidade, onde se evidencia a formação vegetal xerófila com folhas pequenas que reduzem a transpiração, caules suculentos para armazenar água e raízes dispersas para capturar o máximo de água.

Localizada principalmente na região de clima semiárido, estende-se por quase todo o estado do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe, pela porção sudeste do Piauí, ultrapassa os limites de Minas Gerais no São Francisco, em mancha isolada no médio Jequitinhonha (Minas Gerais). Onde as condições são mais favoráveis a caatinga tem um porte arbóreo, acreditando-se ser esse seu aspecto primitivo dominante. As espécies aí encontradas são, em geral, as mesmas dos demais subtipos da caatinga, entretanto mais altas, chegando a atingir de 5 a 12 metros. São comuns a aroeira, (*Astronium urundeuva*), a braúna (*Schinopsis brasiliensis*), o juazeiro (*Ziziphus joazeiro*). (IBGE)

Para além das variedades de cactáceas, encontra-se espécies herbáceas, arbóreas e arbustivas. Nos períodos de chuvas, a caatinga perde seu aspecto seco, tornando-se verde e florida. O Bioma Caatinga predominante dentro da abrangência da delimitação do Semiárido, foi durante um longo período de tempo o mais negligenciado dos biomas brasileiros. De acordo com Silva (2007), somente no ano de 1965, com a efetivação do Novo Código Florestal (Lei 4.771), é que a caatinga foi avaliada como passível de proteção. Em 2002, o projeto do Ministério do Meio Ambiente de “Avaliação e Ações Prioritárias para a

Conservação da Biodiversidade da Caatinga” (BRASIL, 2002) sugeriu o aumento da área protegida por Unidades de Conservação na Caatinga para 10% nos próximos 10 anos subsequentes.

A despeito dessas características gerais tratadas no decorrer desse capítulo, o Semiárido alagoano possui uma realidade de grande complexidade, tanto no que diz respeito aos seus aspectos naturais e geofísicos, quanto à ocupação humana presente nesse território e à exploração de seus recursos naturais. Além do mais, os aspectos analisados anteriormente, são determinantes para a compreensão de como se dá a agricultura no semiárido alagoano, especialmente, no município de Delmiro Gouveia.

3.2 ASPECTOS POLÍTICOS

Ao analisar o Semiárido pela perspectiva política e socioeconômica, é sabido que essa região é, apesar do recente processo de modernização econômica por qual vem passando, marcada pelas contínuas injustiças sociais e contradições ao longo de sua história. Pensar sobre essas questões é essencial para o entendimento da constituição do nordeste e, mais precisamente, do semiárido, sendo essa a área mais atingida por longos períodos de estiagem e curtos períodos de chuva - como foi visto anteriormente - além de possuir uma estrutura agrária excessivamente concentrada. É notável que, além de latifúndios, têm-se um grande número de minifúndios, com cerca de 90% das propriedades possuindo área inferior a 100 hectares e detendo apenas 27% da área total dos estabelecimentos agrícolas (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005).

Diante das problemáticas apresentadas, foi criado, em cima da região semiárida, um estereótipo de fome, miséria e seca. Repetidas vezes, inclusive, esse estereótipo foi reforçado pela literatura. De acordo com Menezes e Oliveira (2017), nesse contexto, o universo político e econômico passa a considerar a água como potencializador das amarras políticas que engessam a forma de viver das pessoas na região semiárida, especialmente nas pequenas cidades e

comunidades rurais. Esse momento conhecido como indústria da seca desenvolve-se especialmente nos anos 50 e 60 do século passado.

Como marco desse período está a criação de instâncias institucionalizadas e governamentais para a criação de estratégias contra a seca a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Dentre estas as principais atividades foram as construções de grandes obras como os açudes e as obras de emergência. No caso desta última, figura a distribuição de água por meio de transporte em caminhões pipas, principalmente para as comunidades rurais. (MENEZES; OLIVEIRA, 2017, p. 4)

Desde o início, essas iniciativas governamentais contra as secas dispunham de forte influência e manipulação de poderosos grupos locais, de tal forma que se sobressaiam os interesses políticos das oligarquias sertanejas na região semiárida do Nordeste, convertendo assim, o “combate à seca” em um lucrativo negócio.

“Esses donos da vida, das terras e dos rebanhos agem sempre durante as secas, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre os trabalhadores sertanejos, e sempre predispostos a se apropriarem das ajudas governamentais destinadas aos flagelados” (RIBEIRO, 1995, p. 348).

De acordo com Silva (2007), essas políticas emergenciais e estruturais entraram em crise ainda na primeira metade do século XX. As principais indagações acerca dos resultados ou eficácia das tais políticas de combate à seca - enquanto projetos políticos de exploração econômica locais - ficam evidentes simultaneamente às comprovações da paralisia econômica regional nordestina, percebidas desde as décadas iniciais daquele século. “Em relação às políticas governamentais no Semiárido, questiona-se o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública” (SILVA, 2007, p. 472).

Não precisa ter imaginação para saber que, quando ocorre uma seca, o que hoje em dia já se pode prever perfeitamente, ou razoavelmente bem, se lança mão de uma ajuda de emergência. Essa ajuda se tornou muito mais fácil nos últimos anos. Hoje, você pode transportar água com mais facilidade. Mas é preciso estar preparado: prever e lançar os projetos na hora certa. Por outro lado, é preciso que esses projetos não fiquem sendo manipulados pelos grupos locais. (ANDRADE, 1998, p. 16)

A partir daí, já na segunda metade do século XX, as políticas governamentais passam a almejar uma busca pela modernização econômica e técnica das atividades produtivas no Semiárido, como forma de sanar o problema causado pelas secas. Em decorrência desse processo histórico, algumas áreas do Semiárido experimentaram processos de modernização econômica constituindo um novo modelo produtivo, com uma intensa participação do setor público através dos financiamentos, da infraestrutura, das pesquisas e dos incentivos fiscais para atração de empresas privadas (ARAÚJO, 1997).

Segundo Silva (2007) Essas novas políticas de modernização econômica serviam e servem aos interesses de parte das oligarquias locais e, sobretudo, de grupos empresariais que passam a investir em polos agropecuários na região, sob a orientação técnica e burocrática do Estado, de tal forma que o semiárido passa a ser visto sob uma perspectiva de aproveitamento de seus recursos, conforme a lógica do mercado.

O desenvolvimento recente de algumas ilhas de modernidade no Semiárido é fundamentado na crença de que o modelo de agribusiness gera maior agregação de valor à produção local, permitindo incrementos expressivos no nível de emprego e de renda, contribuindo para o desenvolvimento regional. A fruticultura irrigada passou a ser concebida como o “caminho” da redenção regional, como a forma mais eficiente de aproveitamento máximo de vantagens comparativas locais como a luminosidade, o calor e a baixa umidade. (SILVA, 2007, p. 473)

Frente ao avanço do domínio político e econômico, perpetuado ao longo de décadas através do convênio entre os interesses das oligarquias locais da região semiárida e o aparelho estatal, no sentido de garantir a representação de seus interesses.

“Tal como ocorre em outras regiões do país, quando não é a própria burguesia alagoana que ocupa os cargos públicos nas três esferas do governo (federal, estadual e municipal), é ela quem financia a candidatura daqueles que serão seus leais representantes políticos.” (FERNANDES, 2016, p. 76).

Existe um conflito por terra e território - algumas vezes declarado, outras vezes velado - no campo entre aqueles que produzem como forma de

autoconsumo para a própria reprodução familiar e comunitária, assim como as famílias camponesas que resistem por meio do trabalho, da resistência diária permanecendo na terra e através de movimentos sociais de luta pela terra em oposição aqueles que pretendem apropriar-se do campo como território para a reprodução do capital e avanço das fronteiras agrícolas dentro da lógica do mercado capitalista.

3.3 SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA

De acordo com Carvalho (2015), a agricultura alagoana, no primeiro censo, em 1920, registrou uma exclusiva ocupação de cana de açúcar e pecuária, deixando de fora estabelecimentos agrícolas de pequena produção em outras culturas – estabelecimentos esses que só iriam ser registrados a partir do censo efetuado pelo IBGE em 1940. As demais culturas estavam “relegadas aos pequenos lavradores que, geralmente em terras tomadas de empréstimo aos senhores de latifúndios, plantam, tratam e colhem, eles mesmos, com os recursos de que possam dispor” (MARROQUIM, 2000, p. 214). Segundo Costa (1930), o domínio exclusivo canavieiro, junto à concentração fundiária, impedia essa outra vertente de desenvolvimento agrícola. Fator esse, que refletiu numa ausência de diversificação de culturas em Alagoas nesse período da primeira metade do século XX.

A produção de subsistência esteve sempre subordinada à da agricultura de exportação, desempenhando um papel secundário. No entanto, apesar de todas as barreiras, a pequena plantação aproveitou, ao longo dos séculos, os “interstícios”, os pequenos espaços existentes nas áreas de monocultura, para afirmar tanto a agricultura produtora de alimentos como as culturas comerciais fora do âmbito da cana e da pecuária extensiva. Esses espaços formaram a base do que se convencionou chamar de “agricultura de subsistência”, “pequena produção” e, atualmente, “agricultura familiar”. (CARVALHO, 2015, p. 140)

Carvalho, a partir de sua análise acerca da formação histórica de Alagoas, traz a gênese do que se convencionou a chamar, atualmente, de agricultura familiar nesse estado dominado pela cana e pelo latifúndio – as diferenças entre

os conceitos de agricultura familiar e campesinato serão discutidas mais à frente. De acordo com Silva e Mira (2016), a agricultura familiar é aquela que a propriedade, bem como a maior parte do trabalho é gerida por indivíduos que provém dos mesmos laços de sangue ou de casamento. Que não seja esta a única definição e muitas vezes tampouco operacional. O papel da família, nesse contexto, é de extrema importância nesse processo, pois, evidencia os conhecimentos transmitidos de geração em geração e representa os anseios da família por condições mais dignas e igualitárias no campo. Dessa maneira, o conceito de agricultura familiar possui raízes intimamente ligadas à produção camponesa tradicional com capacidade de fornecer adaptações às novas exigências da sociedade. A agricultura moderna ainda não rompeu permanentemente com as formas de produção de outrora (ALTAFIN, 2005).

Segundo Picolotto (2014), as ações do Estado brasileiro contribuíram para definir oficialmente a categoria da agricultura familiar e suas políticas públicas, outra importante contribuição se refere ao sindicalismo dos trabalhadores rurais identificando-se com a agricultura familiar e aos movimentos sociais do campo que deram um novo lugar à agricultura familiar no país.

O conceito básico da agricultura consiste em relacionar a família cuidando de sua propriedade, da produção, porém o MDS (2013) apresenta um conceito mais complexo, no qual a agricultura familiar é uma forma de produção, prevalecendo a interação entre gestão e trabalho, processo produtivo, diversificado e no momento da colheita torna-se assalariado. (SILVA; MIRA, 20116, p. 68)

A chamada agricultura de subsistência esteve sempre aglutinada, na grande maioria das vezes, em pequenas propriedades – por isso sua relação à “pequena produção” - que, apesar de ser quantitativamente relevante, representa uma mão de obra produtiva com base na família. Conforme Carvalho (2015), muitas foram as dificuldades para esse segmento. Lhes faltava terra, o poder político estava submetido às grandes propriedades de cana e das fazendas de pecuária e, além disso, interessavam mais as culturas de exportação geradoras de receita para o Estado alagoano.

(...) as culturas alimentares, apesar de sua forte demanda, eram destinadas aos pobres (a maioria da população), e, por isso, tinham valor baixo. Mesmo assim, ao lado da plantação de autoconsumo, algumas culturas comerciais, como o fumo, desde o período colonial, e o algodão, nos séculos XIX e XX, permitiram, fora da área canavieira, a afirmação da pequena produção sustentada pelo trabalho familiar. Baseada nas culturas comerciais e no roçado, mais criação de pequenos animais e uma plantação auxiliar de frutas e verduras, essa agricultura resistiu, sendo, hoje, responsável por um terço da riqueza agrícola e pecuária do Estado. (CARVALHO, 2015, p. 141)

Diante do que foi exposto até aqui, torna-se necessário fazer uma breve discussão acerca do conceito de campesinato. O campesinato configura-se enquanto uma classe social que possui a organização de sua formação em sociedade baseada no trabalho familiar, um modo de viver próprio ligado à terra - seu principal meio de produção - valores e visão do mundo específicos, podendo ainda, dentro de determinados contextos históricos e/ou políticos e de possibilidades postas, assumir posturas de subordinação aos interesses capitalistas ou de ruptura com essa mesma lógica de organização social e produtiva.

O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês. (MARQUES, 2008, p. 59)

Desse modo, de acordo com Shanin (1979) o campesinato pode configurar-se como uma classe social inserida na sociedade capitalista de forma subjugada, podendo levantar-se contra essa mesma sociedade em momentos de crise. Nesse sentido, para melhor elucidar esse elemento fundamental da discussão a respeito de classe, trago a percepção de Thompson respeito desse tema:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 10)

Segundo Marques (2008), o conceito de camponês adquire lugar de relevância nas ciências sociais brasileiras a partir da década de 50, de modo simultâneo em que se afirma enquanto identidade política a nível nacional. Foi nessa conjuntura onde desenvolveram-se as *Ligas Camponesas*², um momento histórico onde a extrema concentração de terras e a evidente desigualdade social tornam-se mais notórios frente as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecendo como fundamentos da questão agrária no Brasil.

Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é determinado o conceito de latifundiário, o seu oposto (MARTINS, 1981). Dessa maneira, ambas categorias analíticas referem-se a situações de classe que estão enraizados em um longo histórico de lutas e conflitos. De acordo com Marques, é necessário compreender que:

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais. (MARQUES, 2008, p. 60)

Ainda de acordo com Marques (2008), na década de 70, o conceito de “pequena produção” passa a ser empregado conceitualmente pelas ciências sociais em detrimento do conceito de campesinato por, segundo a academia, melhor ilustrar um novo paradigma no campo, onde, submetido pelo Estado, passa por um contexto de desarticulação de seus movimentos sociais a partir de conglomerado de políticas de cunho modernizantes. A resultante dessa nova perspectiva conceitual contribuiu para o arrefecimento do debate político travado acerca do tema da questão agrária. (PORTO; SIQUEIRA, 1994)

2 Foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil.

A complexidade dessa problemática agrária tende a se agravar a partir do início dos anos 80, “em decorrência das mudanças verificadas no campo e novos movimentos sociais entram em cena como o dos atingidos por barragem, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem terra etc.” (MARQUES, 2008, p. 61)

Seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos históricos, já na década de 90, Marques (2008) explica que o conceito de agricultura familiar é proposto dentro da academia por alguns autores substituindo o conceito de campesinato, sendo aceito por muitos sem grandes reflexões, seja nas produções acadêmicas, pelo Estado, ou também, entre os próprios agricultores rurais, seus movimentos sociais e sindicatos. Essa substituição acontece baseada na adesão de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história do campesinato. Consequentemente, a adoção do conceito de agricultura familiar contribuiu bastante para, mais uma vez, a pauperização do debate político acerca da questão agrária.

Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. (MARQUES, 2008, p. 61)

A despeito disso, o debate político em torno do campesinato enquanto classe social ressurge no final dessa mesma década - última do século XX. O retorno a esse debate se dá a partir do gradual aumento de críticas ao modelo agrícola industrial capitalista e aos impactos gerados pelo mesmo à natureza e à sociedade.

Para alguns teóricos, como Abramovay (1992), a agricultura familiar moderna constitui uma profissão para o produtor e produtora rural, distintivamente do campesinato, que é baseado, também, em um modo próprio de vida. Enquanto, segundo Abramovay, o camponês apresenta traços de integração parcial a mercados incompletos, o agricultor familiar representa uma espécie de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem manifestar qualquer tipo de

contradição ou conflito em relação ao desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, o autor destaca a natureza empresarial e empreendedora, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como características da forma de produção familiar contemporânea. No entanto:

(...) a existência da agricultura familiar no capitalismo, paradoxo básico da questão agrária, é explicada sobretudo pelas particularidades naturais da agricultura. Esta, ao operar com base em elementos vivos, encontra obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho o que a impede de se tornar uma indústria. (ABRAMOVAY, 1992, p. 246)

Nesse sentido, é importante entender como os conceitos de agricultura familiar e campesinato se desenvolveram ao longo da história.

A afirmação da pertinência do uso do conceito de camponês para compreender realidades como essa se apoia numa abordagem dialética, que entende que os conceitos se referem a estados de estruturação ou estabilidades relativas, constantemente tensionados pelos conflitos, contradições e negatividades que emergem no processo de devir da realidade social (LEFEBVRE, 2002, p.244-263).

Apesar da maioria dos entrevistados nessa pesquisa identificarem-se enquanto agricultores familiares – talvez pela falta de entendimento e confusão causada por questões conceituais - a maioria deles e delas pertencem a classe camponesa, pois boa parte faz parte de assentamentos e de movimentos sociais de luta por direito à terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para reprodução de seu modo de vida e como forma de autoconsumo fora de uma lógica capitalista.

3.4 O CANAL DO SERTÃO: AGRONEGÓCIO X AGRICULTURA CAMPONESA

A partir dessa discussão, é possível perceber qual o contexto em que as famílias camponesas estão inseridas e como seguem buscando conviver dentro do quadro natural da região semiárida no decorrer do processo de ampliação dos empreendimentos monocultores e de concentração de renda, a exemplo do Canal do Sertão, “obra pública situada no Semiárido de Alagoas e que integra a

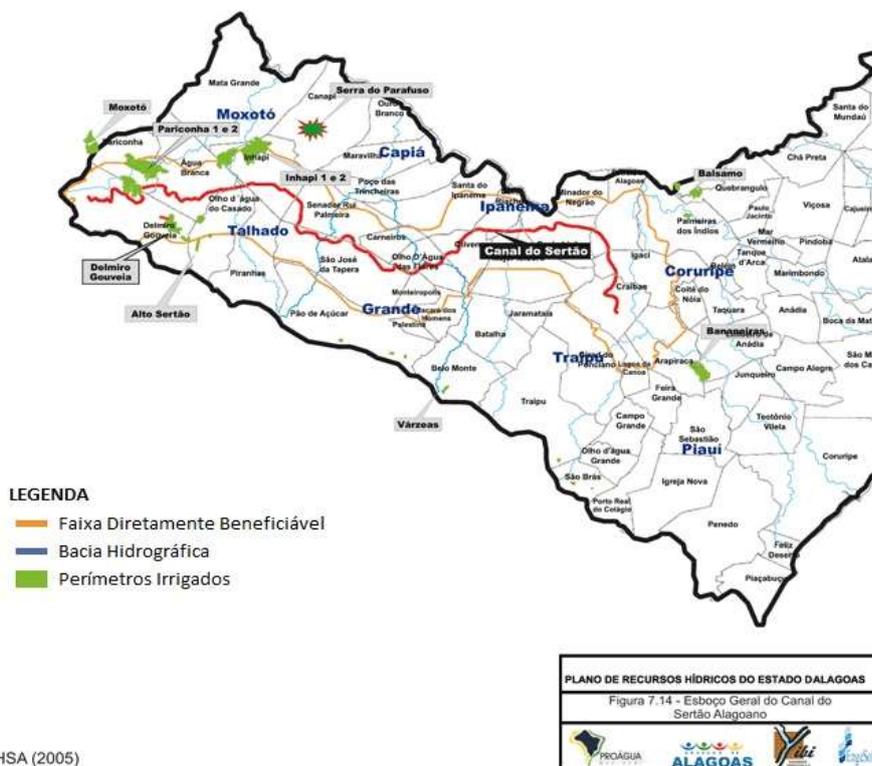
transposição das águas do Rio São Francisco, destinada a contemplar, majoritariamente, a iniciativa privada, através do empreendimento monocultor do agronegócio.” (LIMA; SANTOS, 2018, p. 196).

Buscando reduzir os impactos negativos da seca sobre a população alagoana, o Governo do Estado, em 1992, optou pela construção de um canal que cortaria o sertão e parte do agreste alagoano, levando água do rio São Francisco até os municípios mais afetados. Mais tarde, o Canal do Sertão, como é chamado, passou a integrar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) durante o Governo Lula. O Canal do Sertão começa no município de Delmiro Gouveia, captando água diretamente do reservatório do rio Moxotó, localizado na microrregião do Sertão do São Francisco e prevê chegar até o município de Arapiraca, localizado na área do agreste do Estado, totalizando 250 quilômetros de extensão. Teoricamente:

O objetivo do canal é a garantia do abastecimento de água proveniente da bacia do São Francisco para os municípios do semiárido alagoano, compreendidos no sertão e no agreste do estado. O projeto prevê, além do abastecimento para consumo humano, a viabilização de água para irrigação de projetos de agricultura e pecuária. (SEMARH, 2007-2014).

Embora essa pesquisa apresente algumas contradições no que diz respeito ao acesso a essa água.

Figura 4: Mapa do Canal do Sertão



Fonte: PIBHSA (2005)

Fonte: <http://perh.semarrh.al.gov.br/mapas/egcsa/egcsa.htm>

A área onde está localizado o município de Delmiro Gouveia é, de acordo com Silva (2016), historicamente ocupada por alguns poucos latifúndios tradicionais, usados como forma de reserva de valor, além de uma variável de minifúndios que se ocupam, principalmente, do cultivo de produtos agrícolas e a criação de animais para fins de alimentação humana. O tipo de produção decorrente da maioria dos minifúndios de Delmiro Gouveia é voltado para o autoconsumo nas pequenas propriedades, contando, também, com a maior parcela de produtores rurais dedicados a esta atividade.

(...) 39,78% dos estabelecimentos em Delmiro Gouveia, com 72 produtores rurais praticando agricultura de sobrevivência em uma área média de 4,46 hectares, destinadas geralmente ao cultivo de feijão e milho. Essas culturas tradicionais participam de uma área de 3,5 ha, enquanto 1 ha é destinado à cultura de palma. Nessa configuração, a criação de animais é ínfima se concentrando apenas na criação de aves

para o consumo familiar conforme estudos de Araújo et al. (2004). Ainda segundo Araújo et al. (2004), a média de pessoas por família dedicadas a esse sistema de produção é de 5,94, destes 3,34 participam dos processos produtivos. (SILVA, 2016, p. 74)

Ainda de acordo com a pesquisa feita por Silva (2016), para o desenvolvimento dessas culturas produzidas, esse sistema conta, em sua grande maioria, com a água da chuva, sendo a água encanada, cisternas, barreiros e carros pipa utilizados para uso doméstico. Além disso, o uso de tecnologias no processo produtivo é bastante baixo, com 75% do preparo do solo sendo realizado por tração animal.

A técnica adotada pelos pequenos e médios produtores rurais do município de Delmiro Gouveia para a captação da água do canal é “realizada de forma improvisada por pequenos proprietários rurais que conseguem custear o equipamento necessário para desenvolver alguns tipos de culturas irrigadas a partir da captação da água por gravidade.” (SILVA, 2016, p. 92).

Outro aspecto significativo a ser analisado sobre o Canal do Sertão, é a territorialidade dos latifúndios locais. Conforme a pesquisa feita por Silva (2016), nos municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca, dois latifúndios fazem uso das águas do Canal. Ambas propriedades praticam uma produção extensiva voltada para o cultivo de monoculturas irrigadas – irrigação por canhão – com o uso de aparatos tecnológicos avançados desde dois anos e meio após a inauguração do primeiro e segundo trechos do Canal. O primeiro proprietário a conseguir acesso legal à água do Canal, foi o ex-prefeito do município de Delmiro Gouveia, como indicado abaixo:

Luiz Carlos Costa foi o primeiro a conseguir a outorga para o uso da água sob a portaria de número 238/2015, formalizando um território do agrohidronegócio. Segundo consta no documento, a vazão será de 51.944 m³/dia (601,20 L/s), durante 24 horas, mostrando, portanto, que esse sistema se faz a luz de uma produção extensiva, com escoamento comercial. (SILVA, 2016, p. 101)

Segundo Silva (2016), ao contrário do que ocorre nas pequenas e médias propriedades que margeiam o Canal, essa produção monocultora não precisou

esperar pela orientação técnica do estado como requisito estabelecido pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) para produtores que possuem uma demanda superior a 1.000 litros de água por hora. Como foi o caso do empresário e ex-prefeito de Delmiro Gouveia, Luiz Carlos Costa, que apresentou, junto à secretaria do município, um projeto voltado para a produção irrigada de milho e pecuária de corte e de leite em sua propriedade para fins comerciais. Fica evidente aqui, a facilidade do acesso às águas do Canal para os grandes latifundiários locais, em detrimento aos pequenos e médios agricultores. No entanto, “contrariamente a esse processo, as territorialidades dos pequenos produtores são afirmações da constituição de territórios contra hegemônicos, em que os usos do território não estão a serviço da demanda do capital.” (SILVA, 2016, p. 103)

Posto isto, percebe-se que a dinâmica das territorialidades dos minifúndios e latifúndios locais que fazem uso das águas do Canal, até o presente momento, se dão no sentido de uma formalização de um território voltado para a agricultura camponesa em pequenas e médias propriedades que coexistem junto ao agronegócio dos latifúndios locais. Deixando claro que “o espaço fundiário alagoano apresenta uma herança de ocupação do território herdado do sistema de sesmarias, baseado numa forte concentração de terras destinadas à produção extensiva em dualidade com o roçado.” (SILVA, 2016, p. 102)

4 AGRICULTURA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA: POSSIBILIDADES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS

A ascensão da agricultura industrial e da globalização, com prioridade nos cultivos de exportação, dos cultivos transgênicos e a rápida expansão dos agrocombustíveis (cana-de-açúcar, milho, soja etc.), cada vez mais transformam a agricultura do mundo e o fornecimento de alimentos, gerando impactos e riscos econômicos, sociais e ecológicos potencialmente severos. Diante dessas tendências globais, falar sobre agricultura camponesa e sobre os conceitos de soberania alimentar e sistemas de produção baseados na agroecologia ganharam muita atenção nas duas últimas décadas.

Para um melhor entendimento do tema proposto, essa pesquisa foi dividida em três etapas. Na primeira etapa procurei analisar qual o papel da agricultura após a revolução industrial dentro da lógica de produção capitalista, descrevendo a formação fundiária brasileira e seus desdobramentos para a agricultura camponesa, o paradigma tecnoeconômico da Revolução Verde, a influência do agronegócio na agricultura e discutir a problemática do uso de agrotóxicos nas produções agrícolas brasileiras. Na segunda etapa da pesquisa foram analisadas as características naturais e políticas do semiárido brasileiro, examinando seus aspectos naturais e geográficos, seus aspectos políticos, analisados os conceitos de camponato e agricultura familiar e uma reflexão sobre o agronegócio e a agricultura camponesa no contexto do acesso às águas do canal do sertão. Finalmente, nessa terceira etapa apresento os resultados e as considerações gerais da pesquisa, destacando o potencial que a agricultura camponesa no município de Delmiro Gouveia pode desenvolver, sobretudo na produção de alimentos básicos para a população, na geração de emprego no meio rural e na reprodução do modo de vida camponês.

Os dados coletados que dão sustentação a essa pesquisa foram levantados a partir de questionários aplicados junto a nove trabalhadores e trabalhadoras rurais locais durante a Feira da Agricultura Familiar - realizada no dia cinco de março de 2020 - como também junto ao secretário de agricultura do

município na gestão do prefeito Eraldo Cordeiro (PSD) - 2017 a 2020 - com o auxílio de dados dos censos agropecuários do IBGE de 2006 e 2017.

Figura 5: Material de divulgação da Feira da Agricultura Familiar



De acordo com esses dados coletados na pesquisa que serão expostos logo a seguir, percebe-se que apesar de todas as dificuldades que as condições

edafoclimáticas e políticas que o semiárido alagoano impõe, tais como a concentração fundiária, a monocultura, a má distribuição do regime de chuvas, o baixo índice pluviométrico, a dificuldade de acesso à água e a falta de políticas públicas de incentivo à agricultura camponesa mais efetivas e inclusivas por parte dos governos federal, estadual e municipal, é possível colher bons resultados em termos sociais, produtivos e até econômicos dessa prática agrícola quando essas potencialidades são desenvolvidas.

4.1 PLANO DE AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE DELMIRO GOUVEIA

Em uma entrevista com Estevão Firmo - Secretário de Agricultura da gestão do prefeito Eraldo Cordeiro (2017 a 2020) – realizada no dia 17 de março de 2020, apurei informações acerca de seu plano de ações políticas voltadas para o campo delmireense, a fim de compreender os objetivos, tempo de execução do programa, número de famílias contempladas, parcerias, benefícios para o município, acessibilidade à água do canal do sertão e sobre os resultados atingidos.

Segundo o secretário de agricultura, era necessário criar um plano de ações que elevasse o desenvolvimento das potencialidades do campo de Delmiro Gouveia.

Os objetivos dessa política de ações seriam a emancipação financeira do homem e da mulher do campo e seu empoderamento diante da agricultura campesina a partir da estruturação das comunidades agrícolas.

O plano de estruturação o campo começa pelo desenvolvimento de estratégias que englobavam a criação de parcerias com associações rurais locais, empresas estaduais e federais, parcerias com o governo do estado de Alagoas e políticas de suporte à produção rural no município.

Então foram estabelecidas parcerias com a própria Secretaria de Educação do município, no sentido de, através do PNAE, destinar parte da produção

proveniente da agricultura familiar local para a produção de merenda escolar nas instituições de ensino municipais e, também, para a produção de alimentos distribuídos no restaurante universitário do Campus do Sertão. Foram criadas parcerias com associações comunitárias de produtores rurais locais, aumentando consideravelmente o potencial agrícola do município. Em parceria com o governo do estado, foram distribuídos entre os produtores rurais em torno de 60 kits de irrigação para a retirada de água do canal do sertão e 5 tratores. Também foram acordadas parcerias entre instituições federais e estaduais voltadas para a agricultura familiar como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Imatel e o Instituto Terra Viva.

O plano de ações também contava com o subsídio de políticas federais como o já citado PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Como parte das políticas de suporte à produção rural no município, realizou-se a formação de bancos de sementes crioulas comunitários para resolver o problema na defasagem da distribuição de sementes por parte do governo do estado, que não consegue atender as demandas locais de forma satisfatória.

O plano de ações criado pelo governo municipal compreendia também a criação de espaços de comercialização para o escoamento das produções rurais do município para além das feiras livres locais e regionais, como a organização aperiódica de feiras agroecológicas.

Segundo Estevão, essas políticas trouxeram uma melhor qualidade de vida para os produtores rurais e muitos benefícios para o município, sobretudo no que diz respeito à segurança alimentar. Aproximadamente, 600 famílias foram

contempladas por esse plano de ações segundo o secretário de agricultura de Delmiro Gouveia.

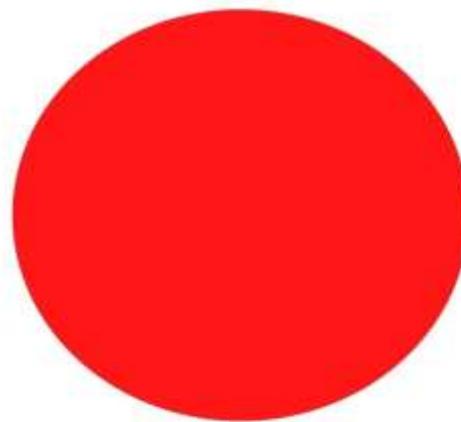
A partir da aplicação de questionários junto a trabalhadores e trabalhadoras rurais locais durante a Feira da Agricultura Familiar - realizada no dia cinco de março de 2020, pude, a seguir, comparar dados e informações, verificando a relação entre eles.

4.2 PERFIL DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS RURAIS DE DELMIRO GOUVEIA

Durante a entrevista desenvolvida por meio da aplicação de questionário em março de 2020, junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Delmiro Gouveia, Alto Sertão de Alagoas, foi possível coletar alguns dados referentes ao perfil desses agricultores e agricultoras do campo.

A partir da aplicação de um questionário foi constatado que 100% das nove pessoas entrevistadas são produtores rurais desde o nascimento.

Gráfico 1: Produtores rurais desde o nascimento



Produtores rurais desde o nascimento
100%

SOURCE: WWW.B

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

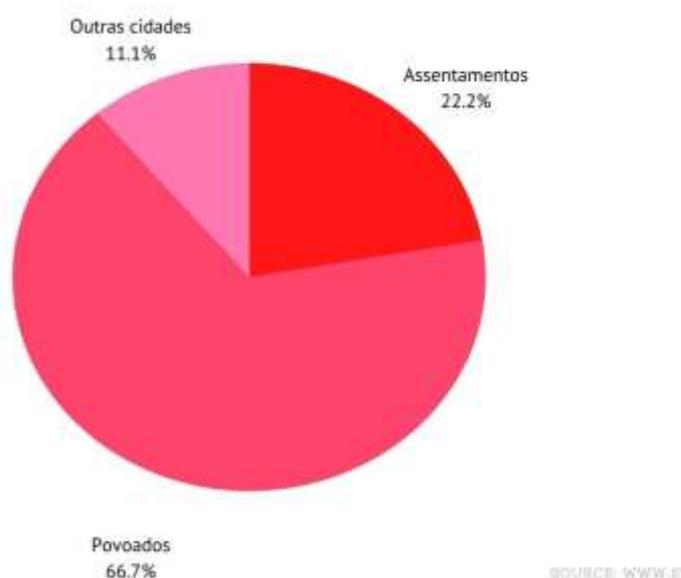
Observa-se através desse dado que a família, nesse contexto, é de extrema importância nesse processo, pois, evidencia os conhecimentos transmitidos de geração em geração e representa os anseios da família por condições mais dignas e igualitárias no campo. Pois, a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

Também foi possível coletar dados acerca da procedência geográfica desses e dessas trabalhadoras rurais por meio desse trabalho de pesquisa. No sentido de buscar compreender de onde vem as produções que abasteceram a Feira da Agricultura Familiar na qual essas informações foram adquiridas.

Segundo os dados levantados: 66,7% dos entrevistados tem suas propriedades rurais localizadas na zona rural do município, espalhados pelos povoados que cercam a cidade de Delmiro Gouveia. 22,2% dos entrevistados estão ligados ao movimento social de luta pela reforma agrária MST (Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e possuem suas propriedades em assentamentos na zona rural do município. Apenas 11,1% dos entrevistados tem sua propriedade rural localizado em outro município.

Gráfico 2: Localização dos produtores rurais



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

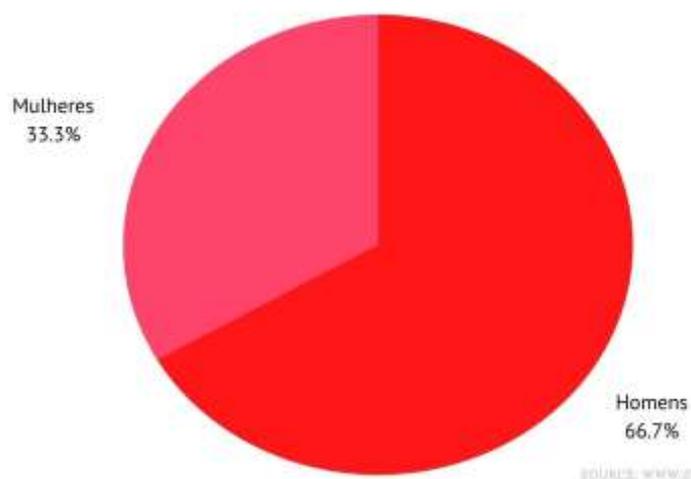
As produções agrícolas que alimentaram a Feira agroecológica realizada em Delmiro Gouveia em março de 2020 tinham sua procedência dos povoados Lameirão, Juá, Craibeirinha do Lino, Pedrão e Jardim Cordeiro. Dos assentamentos rurais Manda Capú e Genivaldo Moura, como também da zona rural do município de Água Branca.

Apesar da maioria dos entrevistados nessa pesquisa identificarem-se enquanto agricultores familiares – talvez para ter acesso a políticas públicas e pela falta de entendimento e confusão causada por questões conceituais - a maioria deles e delas pertencem a classe camponesa, pois boa parte faz parte de

assentamentos e de movimentos sociais de luta por direito à terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para reprodução de seu modo de vida e como forma de autoconsumo fora de uma lógica capitalista.

Outro dado levantado, foi referente ao gênero desses trabalhadores e trabalhadoras do campo entrevistadas, ficou constatado que 66,7% deles eram do gênero masculino e 33,3% dos entrevistados eram do gênero feminino.

Gráfico 3: Gênero dos produtores rurais



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Apesar da predominância masculina entre os trabalhadores rurais delmirenses, a comparação de dados dos censos agropecuários realizados pelo IBGE nos anos de 2006 e 2017 apresentam uma crescente participação feminina no trabalho do campo na liderança dos estabelecimentos agropecuários. Esse dado indica que as mulheres vêm ocupando mais espaços dentro da agricultura camponesa no município.

Tabela 1: Participação feminina no trabalho do campo

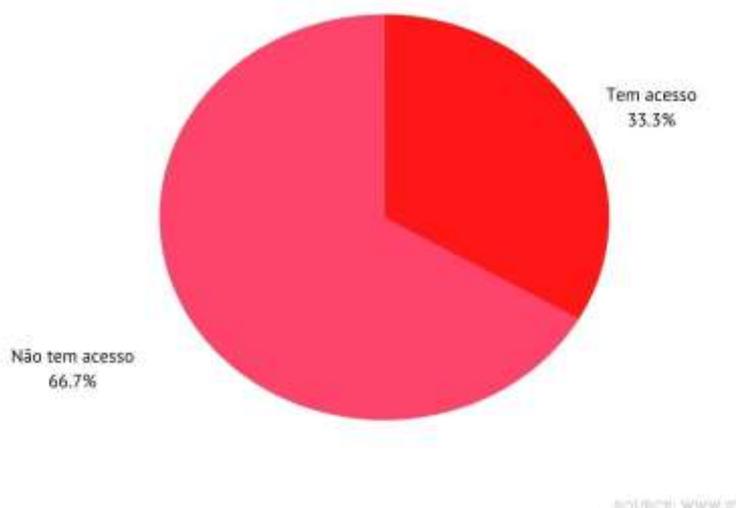
Participação feminina no trabalho do campo segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE)	2006	2017
Número de estabelecimentos agropecuários liderados por mulheres	65	252

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE)

4.3 ACESSO À ÁGUA DO SERTÃO

Do total de trabalhadores e trabalhadoras rurais entrevistados durante a Feira agroecológica, constatou-se os seguintes dados de porcentagem no que diz respeito ao acesso à água do canal do sertão: 66,7% não tem acesso e apenas 33,3% tem acesso à água do canal.

Gráfico 4: Acesso à água do Canal do Sertão



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Segundo os entrevistados que tem acesso ao canal do sertão, a questão da liberação do acesso se deu a partir do governo do estado durante a gestão do governador Teotônio Vilela. O que acontece é que nem todo produtor rural tem sua propriedade perto de onde passa o canal e falta estrutura para que os produtores rurais que tem propriedades próximas possam usufruir da água contida no canal, embora o governo do município tenha distribuído aproximadamente 60 kits de irrigação segundo o secretário de agricultura, Estevão Firmo.

4.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA ANTES DO CANAL DO SERTÃO

De acordo com os trabalhadores e trabalhadoras do campo entrevistados, a produção agrícola era feita de quatro maneiras antes do acesso à água do canal do sertão.

Através de uma modalidade agrícola conhecida como cultura de sequeiro, modalidade que visa atingir eficiência em terras áridas através da escolha de espécies de cultivo, que não necessitem de irrigação constante, podendo suportar os períodos de estiagem entre uma chuva e outra.

A partir do uso de cisternas, através do armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa, as famílias que vivem na zona rural dos municípios do Semiárido passam a ter água, possibilitando inúmeros avanços não só para as famílias, mas para as comunidades rurais como um todo, inclusive para além da produção, como o aumento da frequência escolar, a diminuição da incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas.

Segundo os entrevistados, outra maneira de manter a produção agrícola antes do advento do canal do sertão, se dava a partir da utilização de água encanada o que dificultava bastante o processo produtivo devido a elevada taxa cobrada pela utilização dessa água.

Outra alternativa pra produzir alimentos sem acesso a água do canal do sertão, se dava através da irrigação com utilização da água dos rios, embora essa pratica contemplasse apenas as propriedades próximas a bacia do Rio São Francisco.

4.5 ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

Quando questionados a respeito da atuação da secretaria de agricultura do município de Delmiro Gouveia, os produtores e produtoras do campo elencaram algumas ações promovidas pelo município pelas quais foram contemplados de alguma forma.

As ações citadas pelos entrevistados foram o fortalecimento das associações de produtores rurais, a criação de espaços para a exposição da produção rural através da organização de feiras agroecológicas, acompanhamento técnico, incentivos a partir de políticas federais como o PNAE e o PAA e parcerias com empresas federais e estaduais como a EMBRAPA, Imatel e Instituto Terra Viva.

De acordo com os entrevistados, a atuação da secretaria de agricultura durante a gestão de Eraldo Cordeiro propiciou uma resposta bastante positiva para a região no que diz respeito a um aumento significativo na produção de alimentos e geração de renda, ressaltando a importância das ocupações rurais vinculadas ao setor campestre. Por se tratar de atividades tão importantes para

nossa soberania alimentar, esses produtores precisam de mais incentivos e garantias para continuar desenvolvendo seu trabalho no campo

4.6 AQUISIÇÃO SEMENTES PARA A PRODUÇÃO

Com relação a aquisição de sementes para a produção de alimentos, as respostas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo entrevistados foram as mais diversas.

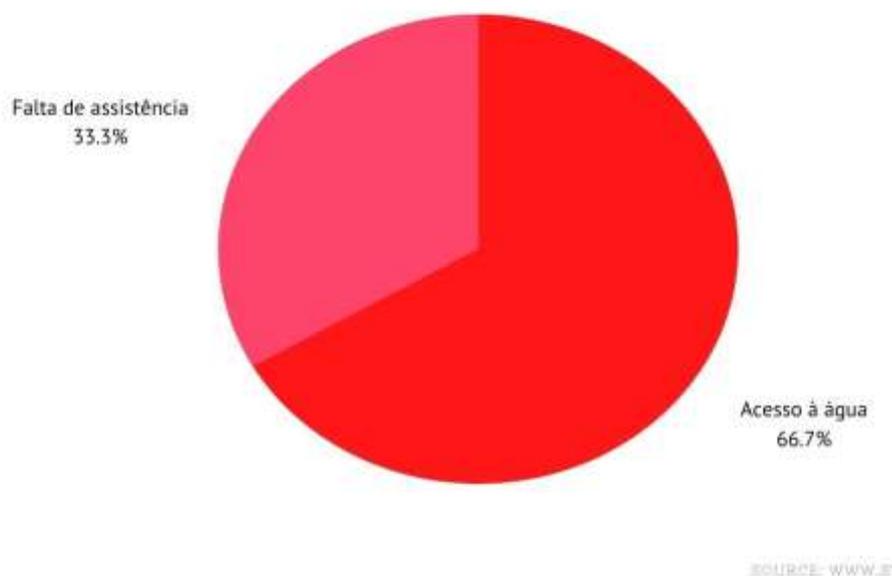
Isso evidencia um possível problema no que diz respeito a distribuição de semente no município, pois, percebe-se que a política de incentivo à criação de bancos de sementes comunitários proposto pela secretaria de agricultura contemplou apenas duas pessoas entre as nove entrevistadas. É importante frisar que um banco de sementes serve como forma de armazenar e garantir a sobrevivência de espécies de plantas locais, tradicionais ou crioulas. Podendo o agricultor ou agricultora rural poder guardar um pouco das sementes produzidas por ele ou ela, a cada ano, para ser plantada no ano seguinte.

Segundo os entrevistados, a aquisição de sementes se deu por meio de banco de sementes, cedidas pela EMBRAPA, sementes compradas fora do estado, doadas pelo município a partir da secretaria de agricultura, sementes cedidas pelo governo do estado.

4.7 DIFICULDADES PARA PRODUZIR NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

De acordo com a pesquisa, 33,3% dos entrevistados acreditam que a maior dificuldade para produzir alimentos no semiárido alagoano seja a falta de assistência por meio dos governos federal, estadual e municipal, já para 66,7% dos entrevistados acreditam que a maior dificuldade para produzir no semiárido é a dificuldade de acesso à água.

Gráfico 5: Dificuldades para produzir no semiárido Alagoano



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A região semiárida brasileira caracteriza-se, principalmente, pela escassez de água, decorrente da incidência de chuvas apenas em curtos períodos de três a cinco meses por ano, irregularmente distribuídas no tempo e no espaço. Além disso, o problema da escassez de água não se restringe apenas à quantidade, mas também à qualidade, à distribuição, acesso e uso. Neste contexto, as comunidades rurais têm se organizado para conviver com os limites naturais, sociais e econômicos, impostos na atualidade, de modo a garantir o abastecimento de água para as atividades locais e necessidades humanas.

Esse resultado evidencia a importância de políticas públicas de convivência com o semiárido como a desenvolvimento e aplicação de tecnologias sociais e a continuidade e ampliação das políticas de instalação de cisternas na região semiárida para auxiliar na questão da escassez hídrica e também a ampliação de

políticas que deem condições aos trabalhadores e trabalhadoras rurais de utilizar a água do canal do sertão.

4.8 USO DE AGROTÓXICOS

Absolutamente, todos os agricultores e agricultoras responderam não fazer o uso de agrotóxicos em suas produções.

Dessa forma, pode-se dizer que o Alto Sertão e, mais especificamente o município de Delmiro Gouveia, ainda hoje resiste ao pacote tecnológico proposto pela Revolução Verde, demonstrando fortes tendências a criar alternativas e ferramentas para o desenvolvimento rural sustentável, revelando um baixo índice de utilização de insumos químicos em suas propriedades agropecuárias, mesmo diante dos limitantes ecológicos como veremos na tabela a seguir.

É sabido que produzir por meio de técnicas desenvolvidas com a finalidade do uso de agrotóxico causa sérios problemas a saúde, seja para quem ingere os alimentos ou até mesmo morte por envenenamento para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Além disso, o uso de agrotóxicos gera a contaminação dos solos e de bacias hidrográficas, acarretando prejuízos para as áreas de produção rural (LEMOS, 2006).

Segue abaixo uma tabela que expõe os índices de uso de agrotóxicos nas cidades do Alto Sertão Alagoano de acordo com dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2017.

Tabela 2: Uso de agrotóxicos no Alto Sertão Alagoano

Uso de agrotóxicos no Alto Sertão Alagoano	Não		Sim	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
Água Branca	2.108	99,81%	10	0,47%
Canapi	1.666	98,46%	14	0,82%
Delmiro Gouveia	962	98,97%	05	0,51%
Inhapi	1.611	92,32%	33	1,89%
Mata Grande	3.151	96,60%	62	1,90%
Olho D'água do Casado	716	99,16%	05	0,69%
Pariconha	756	99,86%	01	0,13%
Piranhas	1.071	99,72%	03	0,27%

Fonte: Censo Agropecuário (2017)

Esse dado é de extrema importância, pois a partir dele, percebe-se que apenas 0,51% dos estabelecimentos rurais do município de Delmiro Gouveia utilizam agrotóxicos em suas produções agrícolas. Esse dado mostra como o papel da agricultura camponesa é importante no sentido de produzir alimentos saudáveis e livres de veneno para a população local e regional. Ainda mais em um contexto em que o governo do presidente Jair Bolsonaro bateu o próprio recorde e tornou 2020 o ano com o maior número de aprovações de agrotóxico na história. Com isso, o segundo ano de mandato de Bolsonaro terminou com 493 novos agrotóxicos, 19 a mais que em 2019, antigo recordista.

É possível dizer que a agricultura camponesa se mantém sem agroquímicos e sustenta produções todo o ano. Muitos dos novos modelos agrícolas que a sociedade precisará para a transição a formas de agricultura que sejam mais ecológicas, biodiversas, locais, sustentáveis e socialmente justas, estarão relacionadas a racionalidade ecológica da agricultura campesina.

4.9 ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Figura 6: Feira da Agricultura Familiar



Fotografia: Michel Feitoza Carvalho

As possibilidades de escoamento das produções têm aumentado graças a ampliação dos espaços para a comercialização dessa produção agrícola proveniente da agricultura camponesa, que antes era comercializada principalmente em feiras livres, sendo elas em Delmiro Gouveia como também nos municípios de Olho D'água dos Casados, Piranhas, Pariconha e nos povoados do Sinimbú e Barragem Leste.

As feiras livres são muito importantes no contexto do comércio varejista de produtos agrícolas e, como diz o próprio nome, são caracterizadas pelo seu funcionamento ao ar livre na maioria das vezes. Desempenham um papel fundamental na contribuição para com o desenvolvimento socioeconômico da região na qual estão localizadas, além de propiciar uma melhor qualidade alimentar aos consumidores, pois, no modo geral, os produtos ofertados nas feiras livres são bastante diversificados, incluindo, a venda de frutas, verduras,

hortaliças, leite, carnes entre vários outros. As feiras livres são um relevante espaço de comercialização dos produtos da agricultura campesina.

De acordo com os dados coletados, percebe-se que além das feiras livres, os produtores rurais agora podem escoar suas produções nas feiras agroecológicas promovidas pelo governo do município de Delmiro Gouveia.

O escoamento dessas produções também se dá em espaços antes pouco explorados, como nas instituições de ensino municipais e federais. Graças a políticas públicas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), essas produções são destinadas para a produção de merenda nas escolas municipais e no Campus do Sertão, além de serem distribuídas para outros municípios (Mata Grande, Água Branca, Pariconha, Santana do Ipanema e Canapí) através do PAA (programa de aquisição de alimentos).

Alguns entrevistados responderam que, além de fazer o uso de todos esses espaços de comercialização, também vendem sua produção agrícola em quitandas improvisadas em suas próprias residências.

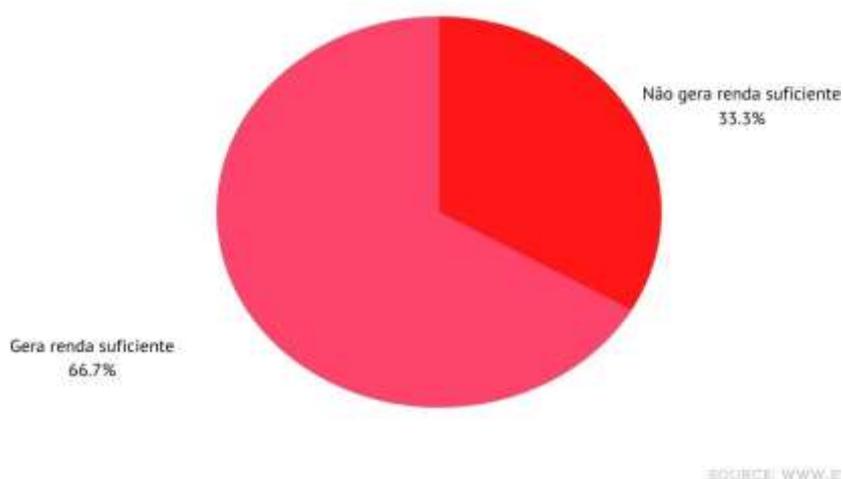
4.10 GERAÇÃO DE RENDA

Do total de agricultores e agricultoras rurais entrevistados: 66,7% disse que a produção agrícola de suas propriedades supre suas necessidades financeiras, não sendo necessário complementar a renda com outras atividades. Já, 33,3% dos produtores e produtoras do campo entrevistados, alegaram que a produção de suas propriedades agrícolas não supre totalmente suas necessidades financeiras.

Sendo assim, para esses produtores e produtoras que não conseguem suprir suas rendas a partir de sua produção agrícola, torna-se necessário complementar a renda familiar através de outras atividades comerciais, tais como a pecuária de caprinos com a venda de animais, carne, couro, leite e seus

derivados, como também, com o auxílio da pesca proveniente das águas do Rio São Francisco e das Barragens promovidas pela SUDENE no município.

Gráfico 6: Geração de renda



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Compreende-se também que a agricultura camponesa pode agregar uma dinâmica de comercialização de excedentes no final da sua cadeia produtiva, portanto destinados ao mercado, seja ele local, regional, nacional ou até mesmo internacional. Dentro dessa perspectiva da “agricultura familiar”, a produção agrícola é tratada como uma atividade econômica e pode gerar renda para o trabalhador e a trabalhadora rural, desempenhando um importante papel dentro da economia local e movimentando outras cadeias produtivas.

Considero a análise desse dado relevante, sobretudo pelos danos causados pela Revolução Verde que, mostrou não ser sustentável ao causar danos severos ao meio ambiente, provocando perdas drásticas de nossa biodiversidade, do conhecimento tradicional associado e, principalmente, pelo

favorecimento aos agricultores mais ricos e por deixar muitos agricultores rurais pobres mais endividados.

4.11 PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DAS FEIRAS AGROECOLOGICAS

Os pontos positivos elencados pelos entrevistados são a exposição e visibilidade que essas feiras proporcionam para seus produtos, uma nova possibilidade de escoamento de suas produções agrícolas e conseqüentemente a geração de renda, servem também como um incentivo a mais para que outros produtores rurais busquem ampliar suas variedades de culturas para a comercialização nesses espaços específicos voltados pra produção agroecológica.

Os pontos negativos elencados pelos produtores e produtoras rurais entrevistados são principalmente a frequência em que essas feiras acontecem, segundo os mesmos as feiras agroecológicas poderiam ser mais frequentes, também foi elencado a falta de uma melhor organização dessas feiras por parte do governo município e também a falta de assistência para sanar a dificuldade do transporte dessas produções da zona rural para o perímetro urbano, onde geralmente acontecem as feiras agroecológicas.

A dinâmica de produção da agricultura camponesa se encontra em evidência atualmente no meio rural brasileiro, ao conciliar famílias, propriedades agrícolas, trabalho na terra, ao mesmo tempo em que se cultuam valores, tradições, lutas e resistências. Isto tudo acomoda uma grande diversidade econômica, social e cultural que dinamiza os processos sociais rurais. Partindo desse ponto, a presente pesquisa buscou levantar dados acerca das potencialidades e possibilidades que a agricultura camponesa no município de Delmiro Gouveia, Alto Sertão do semiárido de Alagoas, poderia desenvolver.

Ao analisar os dados coletados, pude perceber que sim, a agricultura camponesa desenvolvida aqui carrega uma enorme potência transformadora

capaz de trazer inúmeros benefícios para o desenvolvimento econômico e social rural e para a sociedade como um todo, mais especificamente para a sociedade delmirense, município onde a pesquisa foi desenvolvida.

Os resultados dessa pesquisa mostram que a agricultura camponesa pode propiciar inegáveis avanços no meio rural e desenvolver um importante papel no que diz respeito a geração de renda para a maioria das produtoras e produtores rurais do município, desempenhando um relevante papel dentro da economia local e, conseqüentemente, movimentando outras diversas cadeias produtivas. A realização o Censo Agropecuário de 2006 - realizado somente em 2007 - ressaltou a importante participação desse segmento na produção dos alimentos básicos da população brasileira. No ano de 2017, o Censo Agro apontou que além dos 77% dos estabelecimentos agropecuários serem considerados como Agricultura Familiar, esse setor emprega mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% das pessoas ocupadas no meio rural. (IBGE, 2017)

Além disso, deve-se registrar os resultados extremamente positivos obtidos a partir da agricultura camponesa para as mulheres do campo em termos de geração renda e alargamento das possibilidades de trabalho, desempenhando assim, um importante papel na construção da independência financeira das produtoras rurais.

Vale ressaltar também os resultados positivos da agricultura camponesa no que diz respeito a alta produção de alimentos no município, especialmente no que concerne à produção de alimentos básicos para nossa alimentação, sobretudo quando esse processo produtivo está associado ao uso da água do canal do sertão, potencializando muito as produções através da agricultura irrigada. Segundo Estevão Firmo, secretário de agricultura de Delmiro Gouveia “Hoje, Delmiro Gouveia é o município que produz mais melancia no estado, que mais produz abóbora no estado, estamos nos destacando na questão da produção do quiabo e na questão das hortaliças que nós trabalhamos na criação de um polo lá

no Juá, que hoje está abastecendo 18 municípios em quatro estados em volta de Delmiro Gouveia.”

Nesse contexto, é importante refletir sobre o que fala Mattei.

Na recente crise econômica foi possível se observar que a disponibilidade interna de alimentos para o conjunto da população tornou-se um fator decisivo no controle inflacionário, bem como contribuiu positivamente no sentido de equilibrar a balança comercial. (MATTEI, 2014, pag. 90)

A agricultura camponesa mostrou desempenhar um importante trabalho para a soberania alimentar do município. Sobretudo, quando existe incentivos por parte dos governos federal, estadual e municipal como o PNAE, PAA, o Programa de Distribuição de Cisternas, parcerias com empresas federais e estaduais como a EMBRAPA e o Instituto Terra Viva no sentido de propiciar uma melhor estruturação para os produtores e produtoras rurais. Os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal de produção agrícola, que acredita que um comércio internacional injusto pode solucionar o problema da comida do mundo. “A soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção e consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor.” (ALTIERI, 2010, pag. 24)

A capacidade de trabalhar em conjunto também mostrou ter uma potencialidade produtiva muito interessante. A partir da criação de associações rurais foi possível reivindicar uma melhor estruturação das forças produtivas do campo delmirenses, como o desenvolvimento da capacidade de criação de bancos de sementes crioulas, capazes de proporcionar mais autonomia produtiva aos produtores e produtoras do campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou enfatizar que a relevância da agricultura camponesa para a sociedade e para a economia delmireense é bastante evidente. No entanto, essa relevância não seria possível sem os movimentos sociais do campo, que criam vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. Daí a importância da agricultura camponesa nesse sentido político, pois os agricultores precisam da terra para produzir a comida para suas próprias comunidades e para seu país. Por esse motivo, os movimentos camponeses têm lutado pela reforma agrária para ter acesso à terra, à água e à agrobiodiversidade que são de vital importância para que as comunidades rurais sejam capazes de suprir as crescentes demandas por alimento.

Independente da importância e do tamanho do agronegócio e da agropecuária empresarial brasileira, o valor da agricultura camponesa para nossa sociedade é indiscutível, pois, é dessa modalidade agrícola que vem a maior parte dos alimentos que vão para a mesa dos consumidores brasileiros. Além disso é de suma importância para a geração de renda para as famílias do campo, como ressaltado dito no parágrafo anterior. Como diz Hoffmann “o reconhecimento da importância da agricultura familiar no Brasil não precisa de dados fictícios” (Hoffmann, 2014, pag. 420). Segundo uma pesquisa realizada por Lauro Mattei acerca do papel e da importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo, nota-se que

Do ponto de vista produtivo destaca-se a grande importância da agricultura familiar, com ênfase nas seguintes informações: 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite. (MATTEI, 2014, pag. 90)

No atual contexto político do país, a política adotada pelo governo de Jair Bolsonaro fez o Brasil voltar ao mapa da fome. A insegurança alimentar quase dobrou, segundo FAO, ONU e OMS. Para se ter noção da gravidade, entre 2018 e 2020, a fome atingiu 7,5 milhões de brasileiros. Já entre 2014 e 2016, esse

número era bem menor: 3,9 milhões. É urgente criar dinâmicas rurais fortes baseadas na agricultura camponesa para permitir a permanência de famílias no campo. Isto ajudará a conter o movimento migratório para as periferias de cidades onde existem oportunidades de emprego. Já que a população mundial segue crescendo, a redistribuição das terras de cultivo pode ser crucial para alimentar o planeta, sobretudo quando a agricultura monocultora em grande escala se dedica a encher os tanques dos carros por meio da produção de agrocombustíveis.

Desse modo, percebe-se que é possível desenvolver oportunidades no mercado local e regional, a partir de esquemas de comercialização e distribuição, preços justos e outros métodos que conectem os agricultores com o resto da população mais diretamente e com maior senso de coletividade e solidariedade. O desafio para desenvolver ainda mais as potencialidades do campo delmirenses está, também, no investimento em agroecologia e na difusão de projetos que já demonstraram ser bem sucedidos para milhares de agricultores rurais. Isto gerará um impacto relevante nos rendimentos, na segurança alimentar e para bem-estar ambiental de toda a população, sobretudo para os que foram impactados negativamente pela política agrícola moderna convencional, pela tecnologia e pela profunda penetração da agroindústria multinacional no campo.

Em suma, a agricultura camponesa pode propiciar diversas potencialidades a serem exploradas dentro do município de Delmiro Gouveia, como a garantia da segurança alimentar; a garantia da reprodução do modo de vida camponês; o desenvolvimento do mercado interno; o abastecimento da feira livre; a produção de alimentos livres de agrotóxicos; a exportação de produtos agrícolas; a preservação da nossa biodiversidade e a resistência contra uma lógica puramente mercantilista do campo. A partir dessa concepção de desenvolvimento que os poderes públicos e a sociedade deveriam buscar criar condições para uma transição na estrutura do atual modelo produtivo, para um novo projeto de sociedade baseado nos valores da agricultura camponesa.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, A. U.; **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

STÉDILE, J. P. O latifúndio. in: BOFF I.; BETTO F.; SANTOS, M.; KEHL, M. R.; FELINTO, M.; SADER, E.; ARAÚJO, A. **7 pecados do capital**. Record, 1999.

STÉDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-3.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar**: Uma necessidade dos povos. 2010. p. 1-15.

GADELHA, R. M. D. F. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **R. História**. São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

PEREIRA, A. R. Colonização e conflitos na transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. **Revista de Pesquisa Histórica**. Pará, n. 31.2, p. 1-17.

COSME, C. M. **A contrarreforma agrária no Brasil do século XI: notas sobre a espacialização dos assentamentos rurais e a (re)criação do campesinato assentado no campo alagoano**. Curitiba: SINGA, 2017.

ANDRADES, T. O. GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES revista**, v. 21. Juíz de Fora, 2007.

ZAMBERLAN, J. FRONCHETI, A. Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.

PELAEZ, V. M. A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. **Revista Bras. Inov.**, Campinas, 14, n. esp., p. 153-178, julho 2015.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. P. 1-13.

AUGUSTO, L. G. S. Uso dos agrotóxicos no semi-árido brasileiro. In: PERES, F., and MOREIRA, JC. orgs. **É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 59-73. ISBN 85-7541-031-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SILVA, W. A.; MIRA, F.; Agricultura familiar e segurança alimentar em comunidades quilombolas do semiárido alagoano. **Revista GeoSertões** (Unageo/CFP-UFCG). vol.1, nº 2, jul./dez. 2016. <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>

AB'SÁBER, A. N. No domínio das Caatingas / The Caatinga domain. In: MONTEIRO, S. KAZ, L. (Coord.). **Caatingas: Sertão e Sertanejos**. Rio de Janeiro: Alumbramento/Livroarte, 1994. p. 37-46 / p. 47-55. [Republicado em AB'SÁBER, A. N. Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.]

SILVA, R. M. A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007

MENEZES, A. J. S.; OLIVEIRA, A. D. **A água e a indústria da seca**: Análise político-social no Nordeste. P. 1-12. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ANDRADE, M. C. (Org.) **Seca e poder** – entrevista com Celso Furtado. Fundação Perseu Abramo: SP, 1998.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Ver. Econ. Sociol. Rural.** 52 (suppl 1). 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>

MARQUES, M. I. M.; A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun. 2008.

THOMPSON. E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1, A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre. v.6. p. 76-88. 1994.

ABRAMOVAY, R.; **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Hucitec/Edunicamp/ANPOCS. São Paulo. 1992

LEFEBVRE, H.; **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

LIMA, L. G.; SANTOS, F.; **Rev. NERA** Presidente Prudente. ano 21. n. 41. pp. 192-217. Jan.-Abr. 2018.

SILVA, W. M. M.; **Territorialidades do uso da água ao longo do Canal do Sertão em Alagoas**. 2016. Tese (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alagoas. Alagoas. 2016

LEMOS, R.B.P. Experiência de comercialização de produtos agroecológico. In: FIGUEIREDE, M.A.B; LIMA, J.T (Orgs.). **Agroecologia: Conceitos e experiências**. Recife. Bagaço. 2006. p.256.

MATTEI, L.; O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ.** NE, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez. 2014.

ALTIERI, M.; Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera.** ano 13. n. 16. JANEIRO/JUNHO. 2010

7 ANEXOS

ENTREVISTA COM ESTEVÃO FIRMO, SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA.

1. Como iniciou-se essa parceria entre a secretaria de agricultura do município de Delmiro Gouveia e esses pequenos produtores rurais locais?

Bom dia, a gente assume a secretaria de agricultura em 2017, praticamente não existia secretaria de agricultura, nossos agricultores não tinham assistência nenhuma e não se tinha uma visão de desenvolvimento das potencialidades que tem o campo de Delmiro Gouveia. Daí a gente começa um processo de mobilização e um processo de sensibilização, mostrando esse potencial para esses agricultores e entrando com apoio para esses agricultores. Desse modo, a secretaria de agricultura traça as suas ações para trabalhar com esses agricultores baseadas em dois pilares: O pilar da emancipação, a gente precisaria a todo custo emancipar esses homens e mulheres do campo; E o pilar do empoderamento, empoderar esse homem e essa mulher do campo diante da agricultura familiar. Dentro dessas ações, a gente começa a perceber a necessidade de estruturar o campo com alguns implementos agrícolas, então hoje já distribuimos cinco tratores que estão na mão dos agricultores, onde eles mesmo fazem a gestão. Então, sempre que

um agricultor chegar aqui solicitando um trator pra cortar a terra dele, ele mesmo que é o gestor daquele trator naquela área pra cortar a terra dele, pra quebrar essa barreira desse elo que se tem entre as políticas assistencialistas que se tinha antes do nosso governo. Então a gente dividiu o município em oito regiões administrativas, a gente trabalha com os presidentes das associações, então geralmente uma região administrativa tem em torno de sete a oito associações comunitárias e eles mesmos fazem a gestão disso e essa estratégia vem dando certo. Nos já distribuimos seis e estamos comprando outro agora e temos visto o quanto tem crescido o potencial agrícola do município de Delmiro Gouveia. Hoje, Delmiro Gouveia é o município que produz mais melancia no estado, que mais produz abóbora no estado, estamos nos destacando na questão da produção do quiabo e na questão das hortaliças que nós trabalhamos na criação de um polo lá no Juá, que hoje está abastecendo 18 municípios em quatro estados em volta de Delmiro Gouveia.

2. Quais os objetivos desse programa de ações desenvolvido pela secretaria de agricultura?

Os objetivos eu acabei de falar, que são empoderar e emancipar esse homem e essa mulher do campo. Realmente o campo nunca teve tanta visibilidade dentro das políticas de governo como está tendo nessa gestão. O nosso foco maior, quando encerrar essa gestão, é deixar essas comunidades da zona rural estruturadas, que elas mesmo possam reivindicar seus direitos e dar continuidade a esse plano de governo que nós estamos trabalhando.

3. Qual o período de vigência previsto para esse programa de ações?

Essas ações não tem um prazo de final, elas vão continuar porque quando se trabalha com a questão do empoderamento e das medidas de emancipação, esses sujeitos daqui pra frente vão se tornar protagonistas de suas próprias histórias da realidade onde eles estão vivendo.

4. Quais são as instituições, órgãos ou entidades envolvidas no programa de ações e qual a contrapartida de cada uma?

Veja só, hoje Delmiro Gouveia se destaca entre os dez municípios do estado que mais tem trabalhado a questão da agricultura familiar. Certa vez a gente estava em Maceió e eu fui perguntado qual era o segredo por um outro amigo secretário e eu disse que o segredo é trabalhar com a metodologia dos três Ps: Planejamento, persistência e a parceria. Então, o segredo foi a gente buscar parcerias, uma grande parceria nossa é o próprio agricultor, é o grande parceiro. Mas a gente precisava de outras instituições, tanto a nível federal, como a nível estadual, que pudessem somar e aí fechamos uma parceria com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). A EMBRAPA hoje está trabalhando dez ações dentro do município, que vai da bovinocultura até a questão das hortaliças, fechamos uma parceria com o Instituto Terra Viva, que é um instituto que se tem aqui no estado que trabalha a questão da produção agroecológica, estamos com três áreas demonstrativas aqui do município onde a gente está trabalhando a questão da energia solar. Foram instaladas as placas e foram instaladas as bombas pra retirar água do canal utilizando energia solar. Você me pergunta se está dando certo? Está dando certo, é umas das coisas mais viáveis que se tem hoje para os agricultores que tem acesso a essa água por gravidade a questão da energia solar. E aí as outras parcerias, né? Secretarias parceiras nossas como a secretaria de educação que através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) eles conseguem vender esses produtos agrícolas para produção da merenda escolar. A própria universidade federal hoje, boa parte dos alimentos que são servidos no restaurante da universidade vem da agricultura familiar desses agricultores, hoje nós temos 4 instituições que fornecem alimentos pra o restaurante universitário.

5. Os governos federal e estadual fazem parte desse programa de ações de alguma forma?

Sim, dentro dessas instituições a EMBRAPA, Imatel, o Instituto Terra Viva são instituições federais e estaduais que estão presentes nas ações aqui.

6. Há distribuição de sementes e insumos para a produção entre os produtores participantes dessas ações?

As sementes geralmente tem um problema no estado, pois quem faz essa distribuição das sementes é o governo estadual. Porém, é um programa muito falho que trás sementes que não são adaptadas para essa região, não tem teste de qualidade. Então se tem trabalhado com nossos agricultores na formação de seus próprios bancos de sementes, a partir das sementes já existentes na região, que eles possam armazenar essas sementes e a gente trabalha com eles diversas formas de armazenamento, como a reutilização da garrafa pet pra armazenar essas sementes.

7. Essa parceria tem apresentado resultados positivos?

Sim, muitos resultados positivos. Hoje as associações aqui de Delmiro Gouveia estão fornecendo alimentos pra cinco PAAs (programa de aquisição de alimentos) de Mata Grande, Água Branca, Pariconha, Santana do Ipanema e Canapí. Merenda escolar, PNAE, fornecendo alimentos pra merenda escolar e restaurante universitário e a parte que é comercializada na feira livre.

8. Qual o número de famílias contemplados por essas ações atualmente?

As ações tem trabalhado com em torno de 600 a 700 famílias.

9. Quais critérios foram adotados para a escolha das famílias que fazem parte dessas ações?

Não se tem critério. O critério é o próprio interesse dessas famílias. Tem famílias que a gente não vai chegar e ficar bajulando o camarada pra trabalhar se ele não quer trabalhar. Então, aqueles que chegam aqui à procura com interesse... Pra você ter uma ideia, hoje aqui no município a gente tem um menino que chegou aqui no início da gestão, tinha 20 anos, disse que estava vindo de Orocó e queria saber como a secretaria poderia ajudar. Eu olhei pra ele assim e disse: Menino, tu tens coragem mesmo de trabalhar? Hoje é o maior produtor de banana do município, passou praticamente três anos morando debaixo de um pé de umbuzeiro e hoje faz gosto você ir na propriedade desse menino. Então esse camarada agora, a gente implantou um card de limão, numa parceria com a EMBRAPA e ele foi contemplado devido o interesse e a força de vontade dele. Então a parceria surge a partir do próprio agricultor, quando esse agricultor nos procura e realmente tem força de vontade e quer crescer a gente está apoiando ele. Tem um outro exemplo aqui de um pedreiro, hoje é um dos camaradas que mais está produzindo hortaliças aqui no município. A gente dá apenas o empurrão e o camarada por si só vai desenvolvendo sua produtividade

10. Como se deu a questão do acesso a água do canal do sertão? Todas as famílias já tinham acesso antes desse programa de ações começar?

Ter acesso todo mundo já tinha, quando o canal do sertão começou a ser liberado água aqui pra essa região na época do governo Téo, ele liberou pra que todo mundo pudesse utilizar essa água. Então, essa água era só utilizada pelo latifúndio, o pequeno agricultor não tinha condições de utilizar essa água. Então a gente em parceria com o governo do estado, distribuimos aproximadamente em torno de 60 a 70 kits de irrigação. Foi o pontapé inicial pra se ter acesso a água do canal. Recentemente a gente, em parceria com a secretaria de meio ambiente, foi organizada a questão da autorização pra uso da água do canal e aí hoje está todo mundo legalizado com a autorização do governo estadual pra utilizar essa água do canal.

11. Quais são os benefícios dessas ações para o município e para as famílias de pequenos agricultores que fazem parte dessa parceria?

O benefício é a questão da segurança alimentar, uma qualidade de vida melhor pra essas famílias e os espaços de comercialização que foram abertos para que eles possam estar vendendo suas produções.

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS LOCAIS.

1. Há quanto tempo você e /ou sua família é produtora rural?
2. Você tem acesso à água do Canal do Sertão? Como isso acontece?
3. Antes do canal do Sertão, como era a produção, no que diz respeito a água?
4. Qual o papel da Secretaria de Agricultura do município de Delmiro Gouveia nesse projeto da feira e como foi essa aproximação?
5. De onde vem as sementes para a produção de vocês?
6. Quais as dificuldades enfrentadas por vocês para produzir aqui na nossa região semiárida, no sertão?

7. Os alimentos produzidos por vocês recebe algum tipo de tratamento com fertilizantes, inseticidas etc? Se sim, quais são e quem fornece esses produtos?
8. Além desse momento específico, onde mais sua produção é comercializada?
9. Seria possível produzir dessa forma sem acesso a água do Canal do Sertão?
10. A produção de sua propriedade é suficiente para suprir suas necessidades?
11. Quais são os pontos positivos e os negativos desse projeto da Feira da Agricultura Familiar? E o que precisa ser melhorado, no seu ponto de vista?